

## Os “Retornados” de África – Integração na Madeira (1974-1977)<sup>1</sup>

### “Returnees” from Africa – Integration in Madeira (1974-1977)

*Odete Mendonça Henriques Souto*<sup>2</sup>

#### **Resumo**

A descolonização portuguesa em África, após o 25 de Abril de 1974, deu origem ao maior êxodo de portugueses de que há memória, e a um dos maiores da Europa, no contexto das migrações de retorno pós-coloniais. Estima-se que Portugal tenha recebido, entre os anos de 1974 e 1976, cerca de meio milhão de pessoas provenientes das ex-colónias, comumente designados como “retornados”. Entre estes, calcula-se que oito mil tenham vindo para a Madeira.

O presente artigo analisa os percursos de vida de um grupo de retornados chegados ao território madeirense, através do relato das suas vivências pessoais, procurando compreender como decorreu o seu processo de integração.

Os resultados indicam que a família foi a principal base de acolhimento dos retornados, que ficaram inicialmente alojados em casa destes. Foi possível apurar também a existência de apoio institucional feito pela autarquia de Machico e do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN). As principais dificuldades de integração foram sobretudo a nível económico e cultural, superadas através do regresso à vida ativa: trabalho e/ou estudos. Apesar do drama vivido e das grandes dificuldades experienciadas, a integração dos retornados entrevistados decorreu sem perturbação social, considerando os mesmos estarem plenamente integrados na sociedade madeirense.

**Palavras-chave:** Migração; Descolonização; Retorno; Acolhimento; Integração.

---

<sup>1</sup> Expressamos o nosso agradecimento à colega Ana Paula Almeida pela leitura deste artigo.

<sup>2</sup> Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciada em Ciências Sociais e mestre em Relações Interculturais (2017) pela Universidade Aberta. Endereço eletrónico: [odete.mh.souto@madeira.gov.pt](mailto:odete.mh.souto@madeira.gov.pt).

### **Abstract**

The Portuguese decolonization in Africa, after 25 April 1974, gave rise to the largest exodus of Portuguese in memory, and one of the largest in Europe, in the context of postcolonial return migrations. It is estimated that between 1974 and 1976 Portugal received about half a million people from the former colonies, commonly referred to as “returnees”. Of these, it is estimated that eight thousand have come to Madeira.

The present article analyzes the life paths of a group of returnees who arrived in Madeiran territory, through the reporting of their personal experiences, trying to understand how their integration process proceeded.

The results indicate that the family was the main base of reception of the returnees, who were initially housed in their home. It was also possible to verify the existence of institutional support made by the municipality of Machico and the Institute for Support to the Return of Nationals (IARN). The main difficulties of integration were mainly economic and cultural, overcome by the return to active life: work and / or studies.

Despite the drama experienced and the great difficulties experienced, the integration of returnees interviewed took place without social disruption, considering that they were fully integrated in Madeiran society.

**Keywords:** Migration; Decolonization; Return; Reception; Integration.

## **Introdução**

Este artigo tem por base uma dissertação de mestrado<sup>3</sup> que incidiu sobre o percurso de vida dos “retornados” de África, vindos para a Madeira nos anos 70, com o início do processo de descolonização naquele continente africano.

A temática das mobilidades humanas tem suscitado grande interesse por parte de académicos e investigadores, pois, apesar de não ser um fenómeno novo, sendo aliás uma das principais características da Humanidade, está em franca ascensão. Isto provoca novas dinâmicas ligadas aos contactos interculturais e a coabitação entre diferentes grupos étnico-culturais, contribuindo para a multiculturalidade e interculturalidade das sociedades e colocando sérios desafios à gestão da diversidade cultural, à comunicação intercultural e às políticas públicas dos Estados<sup>4</sup>.

Portugal é também um país multicultural, que tem na sua população um grande número de emigrantes e um volume já considerável de imigrantes. Desta feita, o tema das mobilidades tem tido particular interesse no nosso país, existindo um crescente ritmo de pesquisa e publicações científicas nesta área.

---

<sup>3</sup> SOUTO, 2017, *Os retornados de África – Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira*.

<sup>4</sup> RAMOS, 2013, «Interculturalidade(s) e Mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas», pp. 343-360.

Na Madeira, embora existam já vários estudos acerca do tema, muito há ainda por fazer: por exemplo, uma das vertentes do fenómeno das mobilidades humanas que seria importante estudar diz respeito aos fluxos de retorno de madeirenses, realidade essa pela qual a Madeira já passou, em vários momentos da sua história, e está novamente a passar, com a vaga de retorno de pessoas provenientes da Venezuela.

Desta feita, o principal motivo deste estudo foi, efetivamente, a ausência de trabalhos que incidissem sobre a vaga de retorno de portugueses residentes nas antigas Províncias Ultramarinas, bem como o sentimento de estarmos perante algo de interesse público e histórico, visto considerarmos ser muito importante reconstruir e fazer preservar a história desse acontecimento vivido pela sociedade madeirense, enquanto ainda existem pessoas que passaram pela própria experiência, constituindo os seus testemunhos relevantes fontes primárias.

Assim, começamos por referir que na sequência das independências das colónias dos países europeus, na sua maioria após a II Grande Guerra Mundial (até aos anos 60), verificaram-se fluxos de retorno às metrópoles. No caso português, mais tardio, o retorno de pessoas a viver nas colónias em África ocorreu após a revolução de abril de 1974, durante sobretudo o ano de 1975 (ano em que se dá a independência naqueles territórios).

De modo semelhante ao sucedido no restante país, que recebeu cerca de meio milhão de retornados de África, também a Madeira recebeu um grande número de pessoas no seu território. Estima-se em cerca de oito mil indivíduos<sup>5</sup>, volume esse que perfazia uma percentagem equivalente a 3,2% da sua população.

Este trabalho centra-se nos percursos de vida de um grupo de retornados que vieram residir para a Madeira, entre os anos 1974 e 1977, no seu processo de integração e nas principais dificuldades sentidas, particularmente no que toca ao seu modo de vida, cultura e identidade.

Tomamos como ponto de partida para o trabalho as seguintes questões: a) como decorreu a experiência de fuga das ex-colónias e quais foram os impactos que essa experiência teve nas vidas dos retornados?; b) quais foram as medidas de integração adotadas pelas autoridades portuguesas e madeirenses para acolher e integrar os retornados?; c) quais foram as dificuldades de integração por

---

<sup>5</sup> OLIVEIRA, 2008, «A integração dos “retornados” no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda», p. 7.

eles sentidas?; d) que diferenças existem entre os percursos dos naturais e dos que nasceram nas ex-colónias?; e) que estratégias adotaram os retornados para se integrarem na sociedade madeirense?; f) de que forma conciliaram a memória da vida passada em África com a vida na Madeira?; g) que influência tiveram na sua integração as práticas e redes socioculturais herdadas do período pré-retorno?

## **1. Metodologia e Etapas da Pesquisa**

Dada a carência de bibliografia especializada e de estatísticas acerca do tema em estudo, desenvolvemos um trabalho do tipo exploratório buscando conhecimento a partir da exploração de dados obtidos no terreno.

A pesquisa levada a cabo neste trabalho desenvolveu-se em três etapas não necessariamente sequenciais: a) trabalho de pesquisa bibliográfica e contactos exploratórios; b) trabalho de campo com recurso a entrevistas; c) análise do material recolhido.

### **1.1. Pesquisa Bibliográfica**

Em investigação científica, «o investigador necessita de recolher o testemunho de todo um trabalho anterior, introduzir-lhe algum valor acrescentado e passar esse testemunho à comunidade científica»<sup>6</sup>. Assim, este processo reveste-se de grande importância, sendo ponto de partida para qualquer trabalho de investigação.

Recorremos a bibliotecas e arquivos, bases de dados em suporte digital, livros e revistas especializadas, tendo em vista três objetivos: a) aprofundar o conhecimento sobre a problemática em estudo; b) identificar dificuldades; c) conhecer as linhas de investigação já existentes sobre o tema.

Nesta primeira fase da pesquisa, deparamo-nos com uma grande dificuldade resultante da inexistência de trabalhos e/ou estatísticas relativos ao nosso objeto de estudo: integração dos retornados na Madeira. Essa dificuldade fez com que a procura no terreno por pessoas possuidoras de conhecimento acerca do tema se revestisse da maior importância.

### **1.2. Trabalho de Campo**

A inexistência atual de qualquer organismo ou departamento, governamental ou outro, que tivesse estado envolvido na questão do retorno e/ou acolhimento

---

<sup>6</sup> CARMO & FERREIRA, 2008, *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*, p. 73.

de retornados na Madeira foi uma vicissitude a ultrapassar. Não foi encontrado também qualquer material estatístico sobre o tema.

Os primeiros contactos no terreno visaram assim reunir elementos e possíveis informações acerca do nosso objeto de estudo, bem como procurar contactos de pessoas retornadas que, enquadrando-se no necessário perfil, nos permitissem constituir uma amostra a inquirir. Nesse sentido, a nossa conversa com Manuel Nicolau, fotojornalista de profissão, permitiu obter alguma informação preliminar acerca do assunto. Para além disso, objetivando preservar a memória do acontecimento, este profissional havia fotografado alguns barcos de pesca utilizados por retornados para vir para a Madeira, logo após atracarem junto à costa de Machico, e fotografou também o Forte de São João Batista que alojou várias famílias de retornados. Estas fotografias foram amavelmente partilhadas com a autora (pelo próprio) e foram integradas, com a devida autorização, na dissertação de mestrado da qual este artigo é resultante. Outro contacto frutífero no terreno foi aquele que tivemos com o Padre Martins Júnior, que era presidente da Câmara Municipal de Machico no ano de 1975, altura em que chegou o maior número de retornados à Madeira, e que acabou por ter um papel relevante no alojamento de muitas destas pessoas, em virtude da sua função.

Relativamente à constituição de uma amostra, procuramos assegurar a diversidade da mesma e utilizamos um tipo de amostra não probabilística, mais propriamente a técnica de amostragem em bola de neve. Esta técnica «implica que a partir de elementos da população já conhecidos se identifiquem outros elementos da mesma população. Os primeiros indicam os seguintes e assim sucessivamente»<sup>7</sup>. As condições para a seleção da amostra foram três: a) ter a nacionalidade portuguesa; b) encontrar-se no ano de 1974 a residir numa ex-colónia portuguesa em África (altura em que se inicia a descolonização); e c) ter vindo, conseqüentemente, após esse período residir para a Madeira. Procuramos também assegurar a diversidade da amostra a inquirir (no que concerne a sexo, idade e local de proveniência).

Apesar da descolonização portuguesa ter ocorrido também nos territórios da Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, verificou-se pela pesquisa efetuada que o maior volume de retornados veio de Angola e Moçambique, motivo pelo qual apenas encontramos pessoas vindas desses territórios.

---

<sup>7</sup> CARMO & FERREIRA, 2008, *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*, p. 216.

Este estudo contou com a participação de 23 retornados: 13 mulheres e 10 homens, de diferentes grupos etários, residentes em vários concelhos e com habilitações literárias diversas. Quanto à sua proveniência, 12 pessoas vieram de Angola e 11 de Moçambique.

Foram constituídos dois guiões de entrevista<sup>8</sup>, a ser aplicados ao grupo de inquiridos, tendo em vista os objetivos do trabalho: um guião a ser aplicado aos retornados nascidos na Madeira; e outro a ser aplicado aos nascidos em África.

### 1.3. Análise do Material Recolhido

Neste trabalho seguimos critérios de análise qualitativa, onde «a importância implica a novidade, o interesse, o valor de um tema»<sup>9</sup>. Esta etapa de análise do material recolhido consistiu na audição e transcrição das várias respostas dadas pelos retornados (nas entrevistas), sua análise e comparação.

A análise dos relatos de vida dos nossos inquiridos incidiu sobre quatro temas previamente estabelecidos: a) a experiência de vida em África; b) a experiência do retorno para a Madeira; c) a experiência da integração na Madeira; d) a permanência de ligações com África.

Procurámos sempre respeitar os relatos dos nossos entrevistados, através da transcrição fiel das suas palavras, dando particular atenção às suas próprias interpretações da realidade por eles vivida e evidenciada.

Após transcrição dos relatos foi feito um trabalho de interpretação e comparação entre as diversas experiências, procurando encontrar similaridades e também divergências, e através do estabelecimento de uma ponte entre esses resultados e o nosso suporte teórico.

## 2. Migração, Retorno ou Deslocação Forçada?

O fenómeno migratório é constituído por dois fluxos, emigração e imigração, sendo que a emigração representa o movimento de saída do país de origem e a

---

<sup>8</sup> Todos os relatos contidos neste trabalho foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, levadas a cabo pela autora do presente artigo, através de uma interação direta entre investigador e entrevistado/informante, onde procurámos obter respostas para as nossas perguntas, permitindo também que as pessoas desenvolvessem o seu raciocínio e rememoração de uma forma mais ou menos livre. Foram usados pseudónimos por forma a manter a confidencialidade da verdadeira identidade dos participantes.

<sup>9</sup> CARMO & FERREIRA, 2008, *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*, p. 271.

imigração representa o movimento de entrada no país de acolhimento. Segundo Rocha-Trindade, emigrar significa «deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em país estrangeiro»<sup>10</sup>.

Assiste-se na atualidade a um aumento de contactos, encontros, importações e trocas culturais, propiciados por uma facilitação da mobilidade internacional, quer quanto ao desenvolvimento dos meios de transporte, quer no que toca a custos, bem como pela abertura das fronteiras e pela evolução nas telecomunicações. Essa dinâmica repercute-se na constituição de sociedades que passaram a se caracterizar por um pluralismo cultural e diversidade étnica bem visível na multiplicidade de crenças, costumes, religiões, línguas e formações diversas dentro do seu espaço:

«a crescente diversidade cultural e interculturalidade, nas sociedades actuais, faz com que as mulheres e os homens do século XXI mantenham múltiplas pertenças e redes transnacionais, desenvolvam novas formas de relações sociais e interculturais e novas práticas de cidadania, tenham conquistado novos direitos, mas conheçam, igualmente, novos conflitos, novos problemas identitários e de comunicação e novas formas de discriminação e de exclusão»<sup>11</sup>.

Quando o surgimento de novos fluxos migratórios ocorre de forma repentina e inesperada, normalmente constitui um indicador de alterações bruscas nas condições de determinada sociedade, podendo relacionar-se com cataclismos ambientais, guerras, revoluções, entre outros, característicos de uma migração forçada. Este tipo de migração tem, por isso, características e efeitos que a distinguem das migrações voluntárias, resultantes normalmente de questões económicas (procura de melhores condições de vida, emprego ou melhores salários, entre outros). Estas migrações voluntárias são, geralmente, decisões ponderadas e planeadas adequadamente, o que não acontece com a migração forçada que, como o próprio nome indica, apela a uma urgência de ação. Este tipo de migração inclui, para além de refugiados, pessoas deslocadas internamente, retornados em situações de pós-conflito, pessoas deslocadas por questões ambientais ou desastres naturais, entre outros. Diz Castles que «O termo migração forçada é mais abrangente do que a velha noção de refugiado, que supunha perseguição individual, nos termos estabelecidos pela Convenção de Genebra de 1951, adequando-se melhor às atuais realidades»<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> ROCHA-TRINDADE *et al.*, 1995, *Sociologia das Migrações*, p. 31.

<sup>11</sup> RAMOS, 2009, «Saúde, migração e direitos humanos», p. 11.

<sup>12</sup> CASTLES, 2005, *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*, p. 59.

A questão das deslocações forçadas continua na atualidade muito ativa e em crescimento, pois os últimos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) – relatório de 2019 – revelam que a deslocação forçada no mundo é atualmente constituída por cerca de 79,5 milhões de pessoas, sendo 26 milhões refugiados, 45,7 milhões deslocados internos e 4,2 milhões requerentes de asilo<sup>13</sup>.

O tópico em análise neste artigo pode ser enquadrado na deslocação do tipo forçado, atendendo a critérios de distinção baseados nas causas e/ou motivações da deslocação, pois as pessoas foram, efetivamente, forçadas a fugir de África devido a conflitos, violência e guerras que se instalaram naqueles territórios. Deixamos, neste ponto, uma pequena nota: não foi apenas a população portuguesa a abandonar aqueles territórios, na verdade, a situação que se vivia em África causou uma massiva deslocação populacional. Calcula-se que, para além da população branca que fugiu maioritariamente para países ocidentais, igualmente cerca de quatrocentos mil angolanos e dois milhões de moçambicanos se refugiaram nos países vizinhos em resultado das guerras civis subsequentes à descolonização<sup>14</sup>.

Retornados, repatriados, deslocados, refugiados e desalojados são todos termos que foram utilizados para referir a vaga de pessoas chegadas a Portugal após a descolonização portuguesa em África. Inclusivamente, muitas vezes se confundem estes conceitos entre si, mantendo-se uma certa dificuldade em se chegar a um consenso quanto à forma correta de se classificar o movimento populacional antes referido.

Apesar da variedade de designações usadas na literatura do tema, verifica-se que o termo mais frequentemente utilizado para se referir ao grupo de pessoas aqui em estudo é o de retornado, que «apareceu associado ao regresso maciço de nacionais residentes nas antigas colónias ultramarinas, após o seu acesso à independência.»<sup>15</sup> Igualmente, Vieira refere que o termo retornado foi utilizado «na fase inicial do êxodo, no âmbito da criação do Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN) em março de 1975. Em simultâneo, esta foi a palavra que se vulgarizou nos meios de comunicação social e na sociedade de então e que chegou aos dias de hoje»<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> ACNUR, 2019, *Global Trends. Forced Displacement in 2019*, p. 2.

<sup>14</sup> SCHIEFER & ALMEIDA, 2010, *Meio século de migrações forçadas em África*, p. 189.

<sup>15</sup> ROCHA-TRINDADE *et al.*, 1995, *Sociologia das Migrações*, p. 48.

<sup>16</sup> VIEIRA, 2013, *Vindos de África: “retornados” e “desalojados” em Braga (1974-1977)*, p. 11

No entanto, a utilização dessa designação não foi bem vista por muitos dos visados, pois «o termo «retornado» adquiriu uma conotação incómoda, associada aos dramas reais da descolonização, tanto como à reacção dos residentes perante uma perturbação social e cultural»<sup>17</sup>, para além de que a partida de África foi para eles uma experiência traumática, levando-os a se identificarem mais como deslocados ou refugiados de guerra do que propriamente retornados.

Alguns testemunhos transcritos num artigo de Alexandra Marques veiculam a inadequabilidade da designação. Uma senhora afirmou que, ao chegar a Portugal, foi-lhe dado um autocolante para colocar na roupa que a identificava como retornada de África, que não tinha dinheiro nem sítio onde se instalar, portanto, não aceitava ser chamada de retornada, mas sim refugiada. Outra testemunha também não concordava que a chamassem de retornada, pois havia perdido tudo: casa, bens, amigos e a própria identidade<sup>18</sup>.

Para além desses sentimentos (resultantes do drama real que viveram e que os afastava de se sentirem como “meros” retornados), acrescia o facto de, segundo Alexandra Marques, mais de um terço dessas pessoas não ter quaisquer redes familiares no país. Diz esta autora que 75% dos jovens retornados com menos de 20 anos eram nascidos em África e entre os nascidos em Portugal muitos tinham ido para o continente africano em idade precoce. Somando à diversidade do grupo havia ainda um grande número de africanos naturalizados portugueses através de casamento, filiação ou assimilação, e até mesmo estrangeiros casados com portugueses que foram incluídos também sob o mesmo rótulo de “retornados”<sup>19</sup>.

A esse respeito, Alexandra Marques entende que «Ao utilizar nos documentos oficiais o termo “retornado”, o Estado português evitou propositadamente usar a designação de repatriado, deportado, expulso ou deslocado, responsabilizadora ou mais culpabilizante»<sup>20</sup>. Não obstante isso, era frequente essas outras designações serem utilizadas em documentos militares e diplomáticos antes de se iniciar o

---

<sup>17</sup> ROCHA-TRINDADE *et al.*, 1995, *Sociologia das Migrações*, p. 48.

<sup>18</sup> MARQUES, 2013, «Repatriados, Deslocados ou Refugiados? A descolonização da África portuguesa (1974-1977)», p. 55.

<sup>19</sup> MARQUES, 2013, «Repatriados, Deslocados ou Refugiados? A descolonização da África portuguesa (1974-1977)», pp. 49-50.

<sup>20</sup> MARQUES, 2013, «Repatriados, Deslocados ou Refugiados? A descolonização da África portuguesa (1974-1977)», p. 51.

êxodo de portugueses, e, apesar de em África serem considerados deslocados ou desalojados, «desde que em Portugal lhes começaram a chamar retornados, o rótulo colou-se-lhes à pele como um adesivo»<sup>21</sup>.

Posto isto, neste trabalho optamos por utilizar o termo “retornados” a propósito do fluxo massivo de entrada de pessoas provenientes das ex-colónias portuguesas em África (após a descolonização), pelo simples motivo de que esta é a designação mais utilizada em referência a este movimento populacional, tendo inclusivamente ficado associada a tais deslocados até aos dias de hoje por vários meios comunicacionais, políticos, jornalísticos, académicos e científicos.

### 3. Emigração Madeirense Pré-Descolonização

A nível económico, a sociedade portuguesa da época passava por sérias dificuldades e na Madeira a situação era ainda mais difícil, pois «apresentava características próximas de zonas em subdesenvolvimento»<sup>22</sup>. De acordo com Rui Vieira e João Abel de Freitas, o rendimento por habitante era menos da metade da média nacional, existia uma elevada percentagem da população vivendo abaixo do limiar da pobreza, havia ainda um elevado índice de analfabetismo e uma larga dependência do exterior no abastecimento da Madeira<sup>23</sup>.

Sendo a pobreza uma condição intrinsecamente ligada à constituição de fluxos migratórios, verifica-se em Portugal uma já longa história de emigração, sendo atualmente o país da União Europeia com maior número de emigrantes em proporção à população residente. De acordo com o Observatório da Emigração (OE), Portugal tem cerca de 2,3 milhões de emigrantes espalhados pelo mundo, o que representa cerca de 22% da população residente no país. Para além disso, mais recentemente, tornou-se também num país recetor de imigrantes (cerca de 8,5% da população residente)<sup>24</sup>.

Relativamente à Madeira, verifica-se que a emigração foi igualmente uma constante na sua história:

---

<sup>21</sup> MARQUES, 2013, «Repatriados, Deslocados ou Refugiados? A descolonização da África portuguesa (1974-1977)», p. 51.

<sup>22</sup> VIEIRA, FREITAS, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», p. 149.

<sup>23</sup> VIEIRA, FREITAS, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», p. 149.

<sup>24</sup> PIRES et al., 2019, *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2019*, pp. 27-47.

«alimentada pelas incessantes solicitações do mercado internacional da mão-de-obra como pelas difíceis condições de vida dos madeirenses provocadas pela crise económica, ou pela forma opressiva como se definiu o sistema de propriedade da terra através do contrato de colónia. A emigração era assim considerada a única fuga possível à fome»<sup>25</sup>.

De acordo com Alberto Vieira: «As ilhas foram sempre espaços de permanente movimento de populações, funcionando esta situação como válvula de escape para as limitadas possibilidades do espaço»<sup>26</sup>. Para além disso, vivia-se até aos anos 70 sobretudo da agricultura e essa atividade era muito dura e pouco frutuosa:

«A Madeira apresentava uma agricultura pouco rentável. Para isso contribuiu o predomínio da pequena propriedade e a dificuldade no acesso aos terrenos, devido à quase inexistência de estradas. O regime, apoiado nos grupos económicos e forças conservadoras, nunca colocou em questão o regime de colónia que vigorava na Madeira e que mantinha na miséria a maior parte dos agricultores»<sup>27</sup>.

O continente americano foi o principal destino dos madeirenses durante o século XIX, que recebeu cerca de 98% dos nossos emigrantes. Segundo Alberto Vieira, as principais áreas de destino naquele continente eram três: Antilhas Inglesas, América do Norte e Brasil<sup>28</sup>.

No século XX, sobretudo nos anos 40, dá-se um novo impulso na emigração madeirense surgindo novos destinos no horizonte. A África do Sul torna-se então destino preferencial (este país tem uma grande comunidade de madeirenses que, de acordo com o Centro de Comunidades Madeirenses e Migrações atualmente, rondará os cerca de duzentas mil)<sup>29</sup>, enquanto se mantém o fluxo de saídas para o Brasil. Surge então o destino Curaçau, entre os anos 1936 e 1948, que tinha a companhia Shell a angariar mão-de-obra para a sua refinaria, atraindo um número que rondaria as quatro mil pessoas<sup>30</sup>. Quanto à Venezuela, manteve desde início do século XX até aos anos 60 uma política de portas abertas, o que permitiu uma grande afluência de madeirenses para esse destino, calculando-se que atualmente este país tenha uma comunidade madeirense que rondará as trezentas mil pessoas<sup>31</sup>.

---

<sup>25</sup> VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 141.

<sup>26</sup> VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 139.

<sup>27</sup> VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 317.

<sup>28</sup> VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, pp. 142-143.

<sup>29</sup> CCMM, 2001, *Historial da Emigração da RAM*.

<sup>30</sup> VIEIRA (coord.), 2001, *História da Madeira*, p. 144.

<sup>31</sup> CCMM, 2001, *Historial da Emigração da RAM*.

Outros destinos dos madeirenses foram a França, a Austrália, o Canadá e o Reino Unido.

Já as províncias ultramarinas tornaram-se atrativas para os portugueses, incluindo madeirenses, a partir dos anos 60, onde o movimento de entrada naqueles territórios torna-se ininterrupto até ao ano de 1972 para Moçambique e 1973 para Angola. Esse crescimento é associado ao desenvolvimento económico vivido por aquelas colónias durante esse período<sup>32</sup>. A partir desse ano, diminui drasticamente o número de entradas de portugueses nas ex-colónias (sobretudo após o ano de 1974), iniciando-se o processo de retorno em massa.

Refira-se que o fluxo migratório para as províncias ultramarinas aqui descrito pode ser enquadrado no âmbito da migração internacional, se considerarmos a transposição de fronteiras geográficas, ou de migração interna, atendendo ao fator Estado, visto estas pessoas se deslocarem, apesar da longa distância, para territórios considerados pelo Estado português como suas províncias.

#### **4. Colónias Portuguesas e seu Processo de Descolonização**

No século XIX o continente africano tornou-se altamente tentador para as potências europeias, contribuindo para este facto a curiosidade científica, a procura crescente de produtos tropicais, a necessidade de matérias-primas e o potencial de novos mercados que a Revolução Industrial exigia. A Conferência de Berlim, em 1884, na qual participaram 14 países, incluindo Portugal, foi uma das mais importantes e visava, entre outras questões, regular o Direito Internacional Colonial.

Como resposta, Portugal intensificou a realização de viagens exploratórias e operações militares, visando a conquista dos territórios entre Angola e Moçambique e a criação do plano do Mapa Cor-de-Rosa, interferindo com os interesses britânicos, que pretendiam também ocupar a zona para exploração de ouro e outros minérios. A 11 de janeiro de 1890, o Reino Unido lançou um ultimato a Portugal, exigindo a retirada militar desse território, sob a ameaça do rompimento de relações entre as duas nações europeias. Portugal acabou cedendo às pressões britânicas, gerando reações nacionalistas e antibritânicas, assim como um movimento de contestação à Monarquia<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, p. 176.

<sup>33</sup> SERRÃO, 1995, *História de Portugal*, pp 85-90.

Outro momento de forte presença portuguesa em África deu-se no início da Grande Guerra. Dada a posição geoestratégica, os territórios portugueses começaram a ser cobiçados pelas potências europeias, nomeadamente a Alemanha que se instalara a Norte de Moçambique e a Sul de Angola. Com efeito, entre 1914 e 1918, Portugal mobilizou cerca de trinta mil homens para combater em território africano.

Só depois da Constituição de 1911, sobretudo após a revisão constitucional de 1920, «se poderá falar de uma *constituição colonial portuguesa* enquanto conjunto de normas especialmente elaboradas em função da dependência dos territórios ultramarinos perante os órgãos metropolitanos de governo»<sup>34</sup>.

Segundo Ribeiro, «Portugal definiu-se simultaneamente como o centro de um império colonial e como uma periferia da Europa»<sup>35</sup>. Nesse sentido, em junho de 1930 foi publicado o Ato Colonial, tratando-se de um:

«diploma que pode ser classificado como a lei fundamental do imperialismo português do século XX. O Acto Colonial acabaria por vir a ser incorporado na Constituição salazarista de 1933 [...]. O Império, cuja área era 22 vezes maior do que a da metrópole, foi fundamental para a pretensão de Salazar reclamar para Portugal a duvidosa qualidade de potência mundial.»<sup>36</sup>

O interesse português em África era sobretudo de cariz económico, interesse esse que, após o ano de 1945, começou a corresponder às expectativas da metrópole, pois: «Às fontes de rendimento existentes juntaram-se os primeiros lucros significativos resultantes da extração mineira (ferro em Angola e carvão em Moçambique).»<sup>37</sup>

Em abril desse ano de 1945, na Conferência de S. Francisco, nasce a Organização das Nações Unidas (ONU), formalmente oficializada a 24 de outubro. Esta organização integrava inicialmente 51 Estados-membros fundadores e tinha como objetivo unir as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento, com base nos princípios da justiça, dignidade humana e bem-estar de todos. Nesta conferência ficou decidido, entre outras coisas, que os países deveriam transmitir ao Secretário-Geral das Nações Unidas informações estatísticas acerca das condições económicas, sociais e educacionais dos seus territórios<sup>38</sup>.

<sup>34</sup> SILVA, 2019, *O império e a constituição colonial portuguesa (1914-1974)*, p. XVII.

<sup>35</sup> RIBEIRO, 2004, *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, p. 28.

<sup>36</sup> MACQUEEN, 1997, *A Descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*, p. 28.

<sup>37</sup> MACQUEEN, 1997, *A Descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*, p. 29.

<sup>38</sup> Vide Carta das Nações Unidas, assinada a 26 de junho de 1945.

No ano de 1951, Salazar procede à revisão da Constituição Portuguesa, integrando nela o Ato Colonial, onde abandona a visão imperialista, transformando as colónias e o império em “Províncias Ultramarinas”, definindo Portugal como uno e pluricontinental. «A pouco e pouco, o Estado Novo limpou em definitivo, do vocabulário português, as palavras “colónia” e “colonial”»<sup>39</sup>. O Governo português procurava assim «subtrair-se às disposições da Carta das Nações Unidas, que estipulavam a responsabilidade e os deveres das potências coloniais para com os territórios seus dependentes»<sup>40</sup>.

Posteriormente, a entrada de Portugal na ONU, no ano de 1955, origina o fim da tolerância internacional quanto ao regime do Estado Novo e a sua política colonial; segundo Nuno Teixeira, «depois do confronto ideológico na Assembleia Geral da ONU chegará, para Portugal, o confronto diplomático e militar»<sup>41</sup>. Assim, apesar das inúmeras advertências por parte da ONU e dos seus países-membros, intensificadas após a entrada do país naquela organização (lembrando as obrigações exigidas pelo Capítulo XI, relativamente às colónias), «Respondeu-lhe Portugal que seus territórios eram províncias ultramarinas, partes integrantes da Metrópole, não sujeitos, portanto, aquelas determinações»<sup>42</sup>.

Por outro lado, desde 1950 a União Indiana reclamava a Portugal a soberania sobre os territórios de Goa, Damão e Diu (colónias até então portuguesas), vendo-se Salazar pela primeira vez confrontado com o problema da descolonização e com a possibilidade de, caso cedesse nesta questão indiana, deixar de possuir legitimidade para manter as suas restantes colónias<sup>43</sup>.

Também a partir da década de 50 surgem movimentos a favor da independência de Angola: O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), o FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola).

Em fevereiro de 1961, começam os conflitos em Luanda, Angola, onde centenas de filiados no MPLA levam a cabo ataques armados a prisões, quartéis e estação emissora de Luanda<sup>44</sup>. As autoridades portuguesas ripostaram contra os independentistas, prendendo centenas de suspeitos e reforçando as guarnições

---

<sup>39</sup> AFONSO & GOMES, 2000, *Guerra Colonial*, p. 20.

<sup>40</sup> MARQUES, 1998, *História de Portugal*, vol. III, *Das Revoluções Liberais aos nossos dias*, p. 535.

<sup>41</sup> TEIXEIRA, 2005, «Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa 1890-2000», p. 109.

<sup>42</sup> PIRES, 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 191.

<sup>43</sup> TEIXEIRA et al., 2005, *Portugal Contemporâneo*, p. 109.

<sup>44</sup> MARQUES, 1998, *História de Portugal*, vol. III, *Das Revoluções Liberais aos nossos dias*, p. 556.

angolanas, através do envio de tropas da Metrópole. Desta feita, a 1 de maio daquele ano chegam as primeiras tropas portuguesas a Luanda, com o objetivo de proteger a população civil e preservar a titularidade das colónias. Portugal elevou assim exponencialmente o seu contingente militar no terreno de nove mil homens armados (quatro mil brancos e cinco mil negros) para, gradualmente, cerca de setenta mil homens pelo ano de 1974 (quarenta mil brancos e trinta mil negros)<sup>45</sup>.

A guerra então desencadeada durou 13 anos, dizimou milhares de pessoas, provocou o maior êxodo populacional de portugueses e um dos maiores da Europa e fez surgir também um grande fluxo de refugiados, não só no decorrer desses anos de guerra colonial, como também com as guerras civis que se prolongaram durante vários anos após a independência de Angola e Moçambique. Curiosamente, apesar da guerra e simultaneamente, iniciou-se uma política de evolução onde «Em menos de dez anos, fez-se mais para promover o desenvolvimento do Ultramar do que nas três décadas anteriores»<sup>46</sup>.

Entretanto, em dezembro de 1961, a União Indiana acabou por invadir e ocupar os territórios de Goa, Damão e Diu, sem que nenhum dos parceiros portugueses da NATO tenha apoiado Portugal<sup>47</sup>. A Índia portuguesa já estava perdida e o problema estende-se para África.

Reforçavam-se os pedidos da ONU para que Portugal libertasse as colónias, situação que não acontecia, com a incompreensão e desagrado de todos os restantes países, que iam, entretanto, dando a independência aos seus territórios colonizados. Em novembro de 1966, foi decidido pela Conferência Geral da UNESCO suspender a assistência ao governo português nas áreas educacional, científica e dos assuntos culturais, bem como, não convidar o governo português a fazer parte das atividades daquela Organização, enquanto não abandonasse a sua política de dominação colonial<sup>48</sup>.

O fim da mais longa ditadura na história da Europa Ocidental só chegou a 25 de Abril de 1974, dia em que o governo de Marcelo Caetano<sup>49</sup> é deposto.

---

<sup>45</sup> MARQUES, 1998, *História de Portugal*, vol. III, *Das Revoluções Liberais aos nossos dias*, p. 558.

<sup>46</sup> MARQUES, 1998, *História de Portugal*, vol. III, *Das Revoluções Liberais aos nossos dias*, p. 549.

<sup>47</sup> TEIXEIRA et al., 2005, *Portugal Contemporâneo*, p. 109.

<sup>48</sup> UNESCO, 1973, «The United Nations Versus The World's “Last Colonial Empire”», p. 11.

<sup>49</sup> Marcelo Caetano havia substituído Oliveira Salazar a 27 de setembro de 1968, naquele que foi o último governo da ditadura em Portugal, quando por motivos de doença teve de ser exonerado do cargo.

Segundo Medeiros Ferreira, «A formação do II Governo Provisório, a 18 de Julho de 1974, marca indiscutivelmente, o início de um outro entendimento oficial sobre a questão ultramarina em Portugal»<sup>50</sup>. O tema “descolonização portuguesa” ganha cada vez maior importância e passa a dominar as preocupações políticas do verão de 1974. Ainda de acordo com este autor, «a evolução do poder político em Portugal é determinada essencialmente pela descolonização entre 25 de Abril de 1974 e 28 de Setembro inclusive»<sup>51</sup>. Assim, com a mudança do regime político em Portugal, inicia-se um processo acelerado e generalizado de descolonização, fruto da «incapacidade do Estado português para garantir o controlo do processo de transição para a independência, rapidamente internacionalizado, bem como, no caso de Angola, a situação de guerra civil»<sup>52</sup>.

Foi a 26 julho de 1974 que o Presidente da República, general António Spínola, veio a promulgar o Decreto-lei n.º 7/74 que formalizaria «O reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos»<sup>53</sup>. Não obstante, Guiné-Bissau já se tinha autoproclamado independente em 1973, ou seja, um ano antes de Portugal aceitar esse facto<sup>54</sup>.

A 7 de setembro de 1974, Portugal acorda com a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) a independência de Moçambique, reconhecendo esse partido como seu representante legal. Essa data ficou marcada não apenas pela assinatura desse acordo de cessar-fogo, entre o Estado português e a FRELIMO, feito em Lusaca, mas também pela violência que se gerou no país imediatamente após essa resolução, face ao descontentamento da população lá residente (que reclamava da forma como foi conduzida a descolonização entregando o país a um único partido considerado minoritário). Em resultado, nesse mesmo dia, os ditos “colonos” revoltam-se em Lourenço Marques e vão para a rua protestar, tendo inclusivamente ocupado a Rádio Clube de Moçambique. A situação descontrolou-se de tal forma que se seguiram dias de grande violência, mortes, roubos, pânico geral na população, prisões

---

<sup>50</sup> FERREIRA, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, p. 57.

<sup>51</sup> FERREIRA, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, p. 83.

<sup>52</sup> PIRES, 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 195.

<sup>53</sup> Decreto-lei n.º 7/74, 27 de julho de 1974.

<sup>54</sup> FERREIRA, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, p. 61.

e fuga massiva para os territórios vizinhos<sup>55</sup>. Setembro torna-se assim sinónimo de fuga em Moçambique e a África do Sul foi o destino imediato de muitos deles. Contrariamente ao afirmado pelos dirigentes políticos e militares, essa fuga era também cada vez mais uma partida abrupta e definitiva<sup>56</sup>.

De acordo com Medeiros Ferreira, havia sido noticiado pelo jornal “O Século”, a 29 de outubro de 1974, que nesse mês encontravam-se já cerca de quinze mil pessoas em África do Sul, fugidas de Moçambique, após aqueles incidentes de 7 de setembro. Esse fluxo de saída do país aumentou progressivamente, calculando-se que um mês após a sua independência atingiu o volume de cinquenta mil pessoas. Essas partidas se fizeram sobretudo rumo a Portugal, mas também para outros países, principalmente a África do Sul<sup>57</sup>.

Em finais de outubro desse mesmo ano «vários funcionários públicos de Moçambique declaram que a sua situação se tornou “intolerável” e pedem o “repatriamento imediato de pessoas e haveres”»<sup>58</sup>.

Quanto a S. Tomé e Príncipe, é assinado um protocolo de acordo entre o Estado português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), a 26 de novembro de 1974, onde se reconhece aquele movimento como representante legítimo do povo daquele arquipélago<sup>59</sup>.

O processo de descolonização de Angola foi o mais difícil e o que maiores preocupações trouxe a Portugal, isto apesar de, em termos militares, não ser uma situação tão problemática como a que existia em Moçambique e na Guiné, pois o contingente militar que Portugal tinha em Angola nos anos 70 ultrapassava os sessenta mil homens<sup>60</sup>. Contudo, o pânico estava instalado e a população (sobretudo branca) tentava a todo o custo sair do território. Os movimentos de libertação ocupavam quartéis deixados devolutos e invadiam imóveis do Estado e habitações particulares, havendo também assaltos, ofensas à integridade física e prisões arbitrárias. Apesar das dificuldades de negociação, o acordo para a independência acabou por ser conseguido, acordado entre Portugal e os três movimentos de libertação de Angola: a FNLA, dirigida por Holden Roberto; o MPLA, presidido por

---

<sup>55</sup> COSTA, 2014, «Moçambique, 7 de Setembro de 1974: os dias do fim».

<sup>56</sup> MATOS, 2015, «Chamaram-lhes retornados».

<sup>57</sup> FERREIRA, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, p. 85.

<sup>58</sup> MATOS, 2015, «Chamaram-lhes retornados», in Observador.

<sup>59</sup> FERREIRA, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, p. 64.

<sup>60</sup> FERREIRA, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, p. 71.

Agostinho Neto; e a UNITA, de Jonas Savimbi. Este acordo é oficializado em Alvor, aos 15 de janeiro de 1975, estipulando o dia 11 de novembro desse ano como data oficial para a independência de Angola.

Portugal passou assim pelo processo de descolonização, entre os anos de 1974 e 1975, altura em que terá recebido, conseqüentemente, cerca de meio milhão de pessoas vindas de África. Ficaram conhecidos como os “retornados” e constituíram o maior movimento populacional da história recente de Portugal.

Este processo de descolonização foi um dos que envolveu um maior número de efetivos populacionais na Europa, tendo sido apenas superado, em termos absolutos, pelo conjunto de fluxos de repatriados franceses, que incluíram mais de um milhão e seiscentas mil pessoas oriundas das colónias do Extremo Oriente e da África Ocidental e do Norte. Inclui-se nestes fluxos o originário da Argélia, que envolveu, só durante o ano de 1962, cerca de seiscentos e cinquenta mil *pieds-noirs*<sup>61</sup>.

Comparativamente com o processo inglês, foi sensivelmente idêntico em termos absolutos ao número de ingleses que regressaram ao Reino Unido (cerca de quinhentos e cinquenta mil) e ao dos italianos que abandonaram África (aproximadamente quinhentos e trinta mil), superando os números de holandeses que deixaram a Indonésia (cerca de trezentos mil), de espanhóis oriundos do Norte de África e da Guiné Equatorial (cerca de cento e cinquenta mil) e de belgas do Congo, Ruanda e Burundi (cerca de cem mil)<sup>62</sup>.

Contudo, em termos relativos correspondeu ao maior contingente deste tipo, uma vez que o número de retornados recebidos em Portugal representava cerca de 5% da sua população residente, enquanto em França e Holanda essas percentagens eram de, respetivamente, 3,5% e 2,6%<sup>63</sup>.

Uma outra característica do fenómeno de descolonização portuguesa que gostaríamos de referir tem a ver com a sua concentração no tempo, comparável ao que sucedeu em França com os *pieds-noirs*, em que num processo bastante rápido a França recebeu os seus ex-colonos da Argélia entre os meses de fevereiro a dezembro de 1962. Também o repatriamento das ex-colónias portuguesas se deu basicamente no decorrer de um ano (1975). Contrariamente, o repatriamento de holandeses da Indonésia estendeu-se entre 1945 e 1957, desdobrando-se em quatro vagas migratórias sucessivas<sup>64</sup>.

---

<sup>61</sup> *Pieds-noirs* foi o nome pelo qual ficaram conhecidos os ex-colonos da Argélia retornados a França.

<sup>62</sup> PIRES, 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 191.

<sup>63</sup> PIRES, 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 191.

<sup>64</sup> PIRES, 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 192.

## **5. Experiência de Vida em África**

Começamos por constatar, através da análise do quadro geral dos testemunhos dos nossos inquiridos, que, entre os nascidos na Madeira, a partida para África tinha sido realizada no decorrer da década de 60. Salientamos que esse facto vai ao encontro das estatísticas, segundo as quais, após o início da guerra colonial, existiu uma intensificação da deslocação de portugueses para África, promovida pelo próprio Estado português<sup>65</sup>.

Quanto ao motivo dessa saída rumo àquele destino, as respostas apontam para motivações de índole económica, como principal fator de atração, sendo que aquelas colónias portuguesas estavam oferecendo maiores possibilidades de trabalho e de melhoria da qualidade de vida.

Normalmente iam os homens primeiro, os quais, depois de estabelecidos, mandavam chamar a restante família (mulher e filhos), mas não raras vezes acabavam por chamar também irmãos, pais, tios primos, etc.

O nosso grupo de entrevistados vindo de Angola dedicava-se sobretudo à pesca (maior número de pessoas); os homens normalmente eram pescadores e as mulheres, quando não domésticas, eram empregadas também em fábricas de conserva de peixe. Na atividade piscatória ninguém teve dificuldade em arranjar trabalho, tendo estas pessoas se fixado nas zonas costeiras de Angola: Lobito, Benguela e Baía Farta. Já os que não estavam ligados à pesca tiveram maior dificuldade em se estabelecer num posto de trabalho e, por isso, alguns tiveram várias ocupações em África. Em relação aos que vieram de Moçambique, constata-se que eram maioritariamente professores e estudantes.

A vida em África é descrita pelos nossos entrevistados como sendo “muito boa”. Fala-se de uma ligação àquele território que transcende a questão económica, referida em termos de vivências e de ligações afetivas que várias pessoas fazem questão de salientar. Uma vida facilitada, alegre, despreocupada e com muita fartura – foram os termos mais utilizados pelos informantes quando questionados acerca da experiência de vida que lá tiveram (em Angola ou Moçambique), vida essa contrária àquela que deixaram para trás na Madeira e que voltaram a encontrar quando regressaram. Vejamos alguns relatos:

---

<sup>65</sup> PIRES, 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 194.

### Relativamente às condições de vida:

«Vida boa, muito, muito boa! [...] era uma terra farta!» (Maria / Angola.)

«Na altura era muito boa! Era muito facilitada a vida em Moçambique, era muito facilitada porque havia pessoal doméstico para fazer tudo, não é?! A gente não fazia nada!»<sup>66</sup> (Carolina / Moçambique.)

«[...] nunca mais encontro como Angola. Angola tem tudo! Não falta nada naquela terra, bom tempo, calor, chuva não, é bem pouca ou nada [...] andava sempre de calções [...]» (Sousa / Angola.)

«Muito boa, muito boa mesmo! Uma vida saudável, ganhávamos pouco<sup>67</sup>, mas o pouco, o custo de vida era muito barato na altura, e esse pouco dava muito bem para a vida e ainda ficava [...]. Comecei a trabalhar depois da escola e com 16 anos, ainda não tinha feito 17, já tinha dinheiro para comprar mota.» (Marco / Angola.)

«Fabulosa, era muito boa [...] foi com muita pena que eu deixei Moçambique!» (Aldora / Moçambique.)

«Nós tínhamos tudo, tudo o que possa imaginar, aos dez anos eu tinha um avião a gasolina<sup>68</sup> [...]. Penso que devo ter sido, fui a primeira criança de Lourenço Marques que teve um carro telecomandado, isto nos anos 70, 69. Pá, sei que veio de África do Sul porque nem havia em Moçambique. Esses brinquedos fora de série só havia em África do Sul.» (Ricardo / Moçambique.)

### No que concerne às relações interpessoais:

«Os vizinhos também se davam normalmente muito bem e conviviam muito porque como estavam afastados da sua família, da família consanguínea, e longe da sua terra [...] a família lá eram as pessoas que estavam ali à volta, os amigos, os vizinhos e havia uma convivência muito salutar nesse sentido. Fazíamos muitos piqueniques [...] tínhamos o jipe e fazíamos caçadas. As pessoas convidavam para ir à caça, para fazer piqueniques, e isso era muito frequente, muito frequente!» (Sara / Moçambique.)

«Por acaso, não tenho nada a dizer daquela gente, não tenho maldizer daquela gente.» (Sousa / Angola.)

«Muito bem, os portugueses relacionavam-se muito bem com aquela gente, convivíamos uns com os outros [...] fazíamos, portanto, chamadas patuscadas, eles connosco, nós com eles, íamos aos bailes em conjunto, não havia dificuldade [...] passávamos tardes a jogar às cartas.» (António / Angola.)

«A relação com aquela gente era muito boa!» (Marco / Angola.)

---

<sup>66</sup> A situação aqui descrita é relatada por vários dos nossos entrevistados de Moçambique, não se verificando o mesmo em relação aos que vieram de Angola. Neste caso em concreto, trata-se de uma família de classe social elevada; a inquirida, já nascida em Moçambique, era filha de um empresário de minas.

<sup>67</sup> Na pesca.

<sup>68</sup> Aqui temos mais um exemplo de alguém que veio de Moçambique e que tinha um nível elevado de vida; era filho de um conceituado médico em Lourenço Marques.

«Sabe que nós tivemos uma boa relação em tudo, muito amigável com a gente de lá, os negros, de maneira que não tivemos problema absolutamente nenhum!» (Aldora / Moçambique.)

«Era muito fácil, eu tinha muitas amigas negras. Cresci com elas, portanto para mim não era nada de especial, quer dizer eram pessoas como as outras, não é! E na minha turma havia negros [...] o convívio era normal, não havia problemas nenhuns.» (Laura / Moçambique.)

«Eu andava a pescar com eles, trabalhava com eles e tudo [...] às vezes ia-se para a dança e tudo.» (Carlos / Moçambique.)

## **6. O Retorno e a Integração na Madeira**

Em Portugal, o maior movimento de retorno deu-se, conforme já vimos, entre os anos de 1974 e 1975.

Em situações normais, o retorno é muitas vezes visto com agrado pelo país de origem, uma vez que quem regressa normalmente traz consigo novos conhecimentos e experiências que poderão beneficiar o desenvolvimento do país. Contudo, para ser bem-sucedido, esse retorno necessita ser preparado com tempo, recursos e vontade por parte do migrante, condições essas que não existiram no retorno dos portugueses das ex-colónias na década de 70<sup>69</sup>.

Na Madeira verifica-se, pela consulta do relatório dos Censos 2011 (último ano que analisou indicadores acerca do retorno de madeirenses), que 18,2% da sua população já viveu no estrangeiro durante pelo menos um ano. Os principais países de onde retornaram foram a Venezuela (37,1%), o Reino Unido (17,5%), a África do Sul (12,1%) e a França (7,5%)<sup>70</sup>. Entretanto, estamos novamente a passar por um processo semelhante de retorno de madeirenses e/ou seus descendentes, vindos da Venezuela, com a intensificação da instabilidade política, social e económica que se vive naquele país. De acordo com o cônsul geral de Portugal em Caracas, já retomaram à Madeira cerca de nove mil pessoas vindas da Venezuela<sup>71</sup>.

Retomando o nosso objeto de estudo, a situação do retorno de África iniciou-se ainda no ano de 1974, logo após o 25 de abril, devido aos conflitos ocorridos nas cidades de Lourenço Marques e Luanda. Em consequência, presenciaram situações de

---

<sup>69</sup> CASSARINO, 2013, «Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno», p. 45.

<sup>70</sup> INE, 2012, *Censos 2011. Resultados Definitivos – Região Autónoma da Madeira*, p. 30.

<sup>71</sup> SOUSA, 2020, «Cerca de 9.000 luso-venezuelanos terão regressado à Madeira».

guerra e conflito antes de abandonar aqueles territórios rumo a Portugal, conforme relato que deixamos a título de exemplo:

«Depois do golpe de Estado cá em Portugal, os militantes, que nós chamávamos terroistas, que eram, eram tropas dos partidos que andavam [...] que era o MPLA, a UNITA e o FNLA [...] quando aconteceu o 25 de Abril houve uma autorização do nosso Governo, ou dos nossos políticos [...] para essa gente estar fardados e andar dentro das cidades. Que eles não estavam dentro das cidades, o que é que eles fizeram: dentro das cidades eles puseram quartéis. [...] Por vezes obrigavam qualquer um a vestir uma farda e uma metralhadora, sem saber trabalhar com uma metralhadora, até crianças eles tiveram e é claro que essa gente não sabia trabalhar, por vezes disparava à toa [...] disparar à toa, não tinham um objetivo, era como dizer: estou aqui presente, queres ouvir, eu disparo para tu ouvires que eu estou aqui.» (Marco / Angola.)

Também Maria diz que, após essa data, começaram de imediato trocas de tiros em Benguela (Angola), que se ouviam em Baía Farta onde ela morava. Inclusivamente, muitas vezes teve de fugir com a sua família, de barco, para alto mar, até que a situação em terra se acalmasse. De igual forma, relata Sara:

«Dentro das cidades estávamos sempre protegidos, a guerrilha estava no mato, no mato mesmo, não estava dentro das cidades! A partir do momento em que permitiram, e foi realmente o Governo aqui, não é?! Permitiu que os movimentos de libertação, que eram três, em Angola eram três, que entrassem dentro das cidades, eles entraram dentro das cidades e entraram armados! [...] daquilo que eu presenciei, não era propriamente com os civis, era muito entre eles, entre o MPLA, a UNITA e a FNLA [...]. Alugaram casas, penso que eram alugadas e formaram as delegações [...] e depois como não se entendiam começaram a guerrear-se dentro das cidades.» (Sara / Angola.)

O quotidiano em Angola era cada vez mais difícil, faltava o pão, deixou-se de fazer a recolha do lixo, os transportes funcionavam mal, começava-se a sentir uma generalizada falta de mão de obra e o número de pessoas a querer fugir crescia a cada dia. Perante a situação, as autoridades portuguesas:

«resolveram organizar uma “ponte aérea”, que resultou num plano geral de evacuação dos nacionais ainda residentes em Angola no começo desse verão de 1975 [...] era constituída por seis ou sete aviões *Boeing 747* que faziam todos uma viagem por dia desde os primeiros dias de agosto até às vésperas da independência»<sup>72</sup>

A ponte aérea que ligou Portugal a Angola foi levada a cabo pelo Estado português durante o verão de 1975. O seu objetivo consistia em retirar de Angola, até a data da sua independência, todos os portugueses que quisessem regressar ao país.

---

<sup>72</sup> FERREIRA, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, p. 85.

Não obstante a importância dessa medida, a ligação era feita apenas entre Portugal e a capital de Angola - Luanda. Desta forma, para quem vinha de outras localidades de Angola, existiam dificuldades acrescidas (fossem de índole financeira, logística e/ou de segurança) que consistiam em se fazer chegar àquele aeroporto. As distâncias a percorrer eram muito longas, tendo como exemplo as cidades mais citadas no nosso inquérito, verifica-se que a distância entre Malanje e Luanda é de cerca de 450 km e entre Lobito e Luanda é de 515 km, trajetos que levavam horas a serem feitos de carro. Já as pessoas que moravam em Lobito precisavam de apanhar um voo para Luanda, contudo a certa altura deixou de haver aviões no aeroporto de Lobito, e os navios grandes que também habitualmente faziam o trajeto para o Sul de Angola, deixaram de o fazer. Por outro lado, a viagem por terra era muito perigosa porque existiam ataques.

Já para quem vinha de Moçambique, a situação agravava-se, pois, as distâncias eram muito superiores. As pessoas necessitavam apanhar um voo da capital Lourenço Marques para Luanda, mas aqueles que viviam longe da capital tinham necessariamente de apanhar mais um voo (caso existisse) ou aventurar-se por terra (de carro durante horas a fio). Um exemplo demonstrativo, neste caso, é o de Tete (de onde proveio um dos nossos entrevistados), em que se demora atualmente cerca de 20 horas, de carro, até Maputo (anterior Lourenço Marques). Outro exemplo é Quelimane, que dista um pouco mais (cerca de 22 horas de carro). Desta forma, a questão financeira foi também determinante para os residentes em Moçambique quando tiveram de decidir o que fazer: permanecer, procurar deslocar-se para Luanda de forma a serem incluídos num voo da ponte aérea portuguesa ou fugir para um dos países vizinhos. Um dos nossos entrevistados narra: «só saiu de lá quem teve dinheiro para sair e a maioria foi para África do Sul de carro» (Ricardo / Moçambique).

Assim, nesta fuga de África, as pessoas passaram por inúmeras dificuldades e angústias, conforme se constata pelos testemunhos recolhidos, e quanto mais adiaram essa partida maiores dificuldades tiveram. Desde a insegurança nas estradas, passando pelo encerramento de aeroportos e o cancelamento de viagens por mar. A espera por um voo era longa e houve até pessoas que se aventuraram por mar, em pequenas embarcações de pesca, de modo a poder trazer o seu meio de subsistência para a Madeira.

Fotografia n.º 1 – Duas traineiras usadas por retornados para sair de África rumo à Madeira (Anica e Manelinha), ano de 1975



Autoria: Manuel Nicolau, fotojornalista

Para além dos voos da TAP (Transportadora Aérea Portuguesa), inicia-se também uma ação de colaboração internacional, com o apoio de outros países, nomeadamente Suíça, França, Estados Unidos da América, Alemanha, União Soviética e Reino Unido, que disponibilizaram aviões a Portugal de maneira a se poder transportar as pessoas que pretendessem abandonar as ex-colónias portuguesas em África o mais rapidamente possível.

Com o aproximar da data da independência de Angola, o Estado português encontrava-se, em setembro de 1975, com sérias dificuldades para conseguir deslocar o elevado número de pessoas que ainda lá se encontravam (isto a dois meses da independência daquele país), motivo pelo qual se tenta encontrar uma saída para o problema, que passava pela utilização do aeroporto de Nova Lisboa (atualmente Huambo). Esta decisão permitiu aumentar consideravelmente a resposta portuguesa à grande quantidade de solicitações, aumentando grandemente o número de voos diários daquele destino rumo a Portugal.

Estima-se que, até o mês de outubro, haviam já chegado ao continente português, por via da ponte aérea, cerca de cento e trinta e oito mil retornados<sup>73</sup>.

Este fluxo prolongou-se ao longo daquele ano, atingindo o volume de cerca de meio milhão de portugueses provenientes das antigas colónias. Destes, como dissemos, cerca de oito mil vieram para a Madeira<sup>74</sup>, o que representou na altura uma percentagem de 3,2% da população residente, atendendo ao registo dos Censos de 1970 que apontava para um volume populacional na ordem dos 251 135 indivíduos<sup>75</sup>.

A escolha da Madeira como destino deveu-se, maioritariamente, ao facto de os retornados terem família na Ilha e/ou por ser esta a sua terra de origem. Também se constata que, ao decidirem vir para a Madeira, era já sua intenção fixar residência.

Em 1975 foi criado o Instituto de Apoio ao Regresso de Nacionais (IARN), através do Decreto-Lei n.º 169/75, de 31 de março. A sua missão consistia em dar apoio ao previsível afluxo de nacionais que retornavam ao país, sobretudo provindos das ex-colónias. A sua atividade centrou-se sobretudo na prestação de apoios de emergência, a nível de assistência, através de medidas sociais supletivas e apoio administrativo na «regularização de situações jurídico-administrativas indocumentadas ou não cobertas pelos procedimentos correntes da administração»<sup>76</sup>.

---

<sup>73</sup> FERREIRA, 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, p. 86.

<sup>74</sup> OLIVEIRA, 2008, «A integração dos "retornados" no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda», p. 7.

<sup>75</sup> INE, 1980, *Estatísticas Demográficas: Continente e Ilhas Adjacentes: 1976-1979*, p. 23.

<sup>76</sup> PIRES, 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 229.

A intervenção do IARN iniciou-se em Lisboa, através do câmbio para escudos de um determinado valor monetário, havendo também dois testemunhos por nós recolhidos acerca do recebimento de um subsídio, antes do embarque para a Madeira, situação essa não confirmada pelos restantes inquiridos.

Na Madeira, este Instituto parece não ter tido um papel importante nas soluções de alojamento para os retornados (segundo os relatos dos nossos entrevistados) contrariamente ao sucedido a nível nacional. O seu principal papel, consistiu no fornecimento de bens de primeira necessidade (enlatados, mantas e roupas). Forneceu também camas para algumas pessoas que foram morar para o Forte de São João Batista (em Machico) e providenciou obras de colocação de divisórias naquele espaço com vista a facultar maior privacidade às famílias ali alojadas.

«Só o IARN, o IARN é que deu algumas peças de roupa que a gente nem trouxemos, quem vem fugido nem traz roupa». (Fernanda / Angola.)

«Era cobertor, era leite em pó [...] e deram-me dois catres para os meus filhos dormir». (Lucília / Angola.)

«Eles uma vez deram uns cobertores, umas coisas muito grossas que a minha avó chegou a casa, ela nem sequer quis aquilo, e deram-nos uns enlatados. (Carlos / Moçambique.)

Um dos nossos inquiridos diz ter também beneficiado de apoio desse Instituto para a obtenção do seu primeiro emprego, numa Comissão de Retornados, após a chegada à Madeira. E outra pessoa, beneficiou de um empréstimo facultado pelo Estado que usou para ir aos Açores comprar dois barcos de pesca para exercer a profissão de pescador na Madeira.

A experiência do retorno trouxe variadas dificuldades aos envolvidos, como, por exemplo, o terem de abandonar os seus bens, não conseguirem movimentar os seus depósitos, terem presenciado conflitos, tiroteios e passarem por uma longa espera até conseguir voo para Portugal. Para os nascidos naquelas Províncias Ultramarinas, a saída foi ainda mais penosa, sobretudo porque, para além de todo o drama vivenciado e de todas as dificuldades inerentes de ter de recomeçar uma vida em outro local (a muitos quilómetros de distância do território onde nasceram e sem possibilidade de poderem voltar), acresceu a grande decepção que foi a chegada à Madeira e o confronto com a realidade.

Na verdade, a Madeira não era nada daquilo que haviam imaginado, nem Portugal era a metrópole imponente e majestosa que lhes haviam ensinado nas escolas em África. As pessoas que ainda não conheciam a Ilha relatam a surpresa

e a tristeza que tiveram ao constatar para onde tinham vindo – uma região “pobre” e “subdesenvolvida”, segundo as palavras dos próprios. Para além disso, dizem ter sentido uma grande diferença em termos culturais, sobretudo na forma de ser dos madeirenses (mentalidades e comportamentos). A chegada foi, portanto, o agudizar para o drama em que se encontravam, principalmente para os mais jovens, conforme os seguintes relatos:

«Foi bastante difícil para mim, porque eu era uma criança, ‘tava habituado a um tipo de vida bom, cheguei aqui, isto, a Madeira era atrasada nessa altura! [...] O choque foi esse!» (Carlos / Moçambique.)

«Isto era um rochedo cinzento [...] isto era escuro!» (Rute / Moçambique.)

«Comparativamente a Moçambique, e então com África do Sul, isto era subdesenvolvido! Era subdesenvolvido! Eu com 17 anos entrei na faculdade, com 17 anos e tenho 62 [...] e fui viver para um apartamento no 15.º andar [...] e eu lembro-me que o último apartamento que o meu pai comprou foi num prédio de 33 andares. Agora, em Lisboa eu não vi esse cosmopolitismo e aqui na Madeira era um falso cosmopolitismo. Porque os estrangeiros, os turistas, é um mundo à parte!» (Rute / Moçambique.)

Apesar da integração na Madeira não ter sido fácil para a maioria dos nossos inquiridos, aqueles que tinham família cá contaram com o seu auxílio, tendo sido a sua principal rede de apoio, conforme relato exemplificativo de Sara, vinda de Moçambique, que diz: «tive essa, essa coisa muito boa que eu agradeço sempre a Deus, as minhas tias me terem recebido a mim e à minha mãe, com todo o carinho, com todo o amor».

Para que o referido apoio familiar se concretizasse contribuiu o facto de as pessoas terem conseguido preservar os vínculos familiares, apesar da longa distância que os separavam, laços esses mantidos sobretudo através da troca de correspondência. O facto de a maioria dos retornados estar a residir em África há relativamente pouco tempo, cerca de uma década, teve também um peso importante nesse acolhimento familiar.

Apesar das boas intenções, os acolhimentos em casa de familiares não traziam as devidas condições para a maioria das pessoas retornadas, sobretudo a nível de espaço. Isto porque os seus familiares tinham, naturalmente, a sua casa em função da dimensão familiar: ao receberem estes parentes vindos repentinamente de África (normalmente famílias com vários membros), foram também apanhados impreparados e a gestão do espaço tornou-se num grande desafio para todos os envolvidos.

Assim, como maiores dificuldades vividas ao chegar à Madeira, vários entrevistados referiram a falta de um sítio digno para morar, aliada à ausência de muitos bens de primeira necessidade:

«Olhe eu passei a guerra, mas a casa onde a minha sogra arranjou é que eu sofri! [...] Um beco, uma casa a meio de bananeiras [...] não tinha casa de banho [...] era de aluguer, já vim pagar dois contos, naquela altura!» (Cláudia / Angola.)

«Minha mãe morava num empeno mais meu irmão e a gente fomos todos morar para aquele empeno [...] olhe eu dormia de cócoras, atrás da porta para os meus filhos poderem dormir no chão deitadinhos em cima de uma roupa. E eu atrás da porta de cócoras, mais o meu marido, porque os que chegaram e os miúdos tinham que ter melhor acomodaçãozinha e o empeno era pequeninho, não cabia mais gente [...]. Eu tinha cinco filhos e a minha irmã também tinha cinco ou seis.» (Fernanda / Angola.)

Entre o grupo de retornados que foram morar para o concelho de Machico, e que ficaram hospedados em casa de familiares, existiram várias famílias que lá estiveram por pouco tempo, devido às parcas condições em que foram acomodados, optando por ir pedir ajuda na câmara municipal daquele concelho.

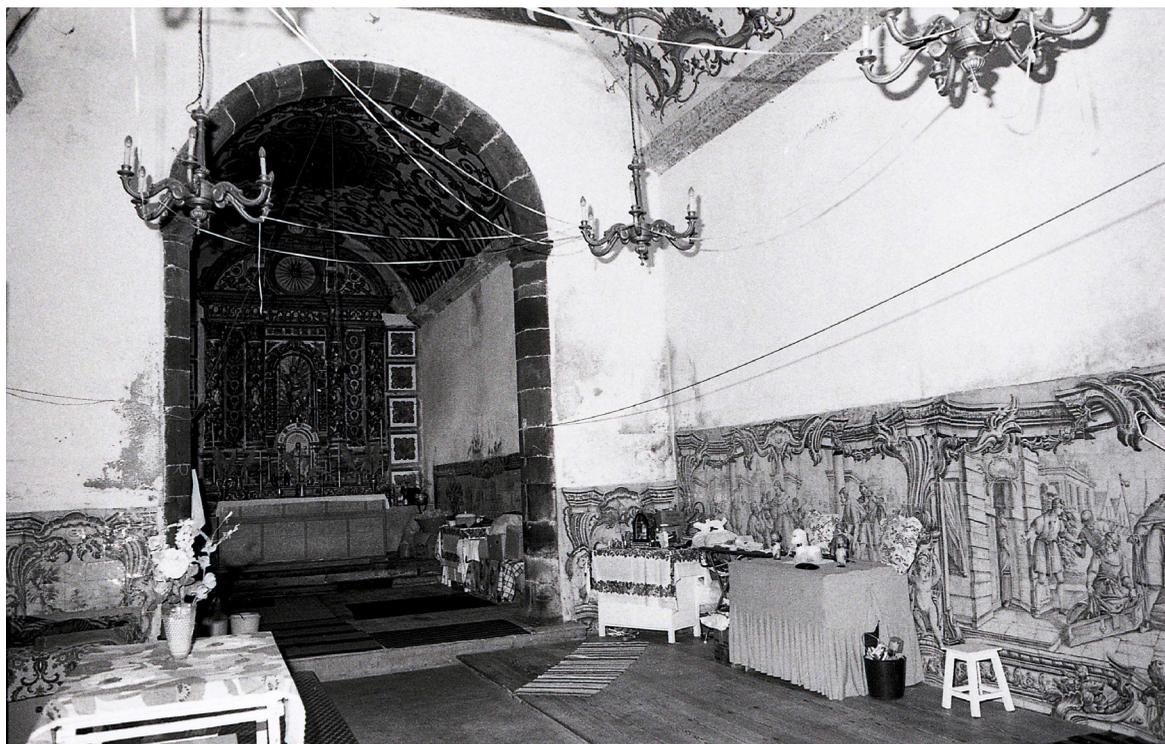
O papel daquela autarquia consistiu sobretudo em procurar soluções de alojamento, através do aluguer de casas a expensas camarárias. Segundo relato de Martins Júnior, presidente daquela autarquia em exercício na altura, alguns casais foram alojados no Centro de Informação Popular de Machico<sup>77</sup>, que estava sediado num prédio da Igreja.

Encontrando-se ainda muitas famílias em dificuldades, conforme vimos anteriormente, um grupo de pessoas juntou-se para pedir ao presidente da Câmara que os deixasse ir para a capela de São Roque e para uma outra capelinha existente no forte de São João Batista. Como estas capelas não estavam a ser utilizadas nos anos 70, Martins Júnior acedeu aos pedidos e deu o seu aval.

---

<sup>77</sup> O Centro de Informação Popular de Machico foi uma associação criada após o 25 de Abril de 1974, direcionada aos problemas socioeconómicos do concelho, e teve como fundador Martins Júnior.

Fotografia n.º 2 – Interior da Capela de S. Roque, ano de 1975



Autoria: Manuel Nicolau, fotojornalista.

A situação, porém, não ficou resolvida. Como o fluxo de chegada ainda se mantinha, provocando um aumento do número de retornados chegados ao concelho de Machico (e que necessitava de alojamento urgente por não terem onde ficar) aumenta o número de pedidos de auxílio. É então sugerido, pelos retornados, que Martins Júnior abrisse o forte de São João Batista, pois aquele espaço era grande, diziam, e permitiria alojar bastantes pessoas. Inicialmente hesitante, pois isso implicava cessar o projeto embrionário lá existente (creche infantil), acabou por aceitar o pedido dos retornados pois eles não tinham para onde ir.

O forte tinha dois grandes salões. Quando foi aberto aos retornados, conforme as pessoas iam ocupando o espaço «iam fazendo as suas divisões com, com cobertores [...] iam marcando os seus cantinhos: um quarto, dois» (Maria / Angola). Várias famílias foram para lá residir, cerca de 30 famílias, e ali se mantiveram durante quase três décadas, entre o ano de 1975 e 2002, altura em que finalmente foram realojados pela Câmara Municipal de Machico em apartamentos construídos para esse efeito.

Relativamente às difíceis condições de habitação às quais tiveram de se adaptar os retornados, diz José:

«Ainda foi uma sorte! Ainda foi uma sorte aquele forte estar desocupado. Porque se aquele forte estava ocupado [...] chegamos a viver lá 32 casais! Onde é que se ia pôr essas pessoas se aquele forte estava ocupado!? E sem condições nenhuma! [...] andamos nessa situação vinte e tal anos, nessa situação a viver de promessas, de promessas, promessas! Graças a Deus que conseguiram resolver esse problema, essa é mais uma fase que se ultrapassou, mas foi, foi muito, muito, muito complicado!» (José / Angola.)

Este alojamento provisório tinha poucas condições de habitabilidade, sobretudo por não se tratar de um edifício preparado para residências.

O relato de Fernanda evidencia algumas das grandes dificuldades pelas quais as pessoas que foram morar para este forte tiveram de passar:

«Tinha dois quatinhos [...] não tinha cozinha [...] tinha a casinha de banho ali e o quarto grande ficou para se fazer comida. Numa câmara de voto pusemos uma cozinheira [...] ela pôs uma no seu canto encostada à parede e eu pus no meu canto e fazia-se lá o comer. Então tinha as mesinhas que eram dos miúdos da escola, lá com as banquinhas baixinhas ponha-se o comer na mesa e tudo comia [...]. Não tinha água, tinha água, mas eles cortaram [...] arranjam na rua uma cozinha pra se cozinhar, pra se tirar as coisas dali, foi-se andando foi-se alargando [...]. Depois a casa de banho parou de funcionar. A minha mãe também foi para lá morar, ficou num quatinho, ficava em frente. Olhe, a minha mãe fazia as necessidades na casa de banho dela saía na minha, se eu fizesse na minha saía na dela, depois corria por as paredes do andar de baixo que aqueles canos tavam todos rotos. O que é que se faz? Isto assim não pode continuar, nem para quem mora lá, nem para os outros que moravam, nem para nós! Então deixou-se de fazer serviço nas casas de banho, encerrou-se, desinfetou-se, tirou-se as pias, tirou-se tudo, deitou-se cimento, pintou-se, caiou-se e já servia para um quarto para os filhos [...]. As necessidades como se fazia: no penicão. Comprou-se um penicão e depois ia-se deitar para o mar!» (Fernanda / Angola.)

As pessoas que lá viveram, durante cerca de três décadas, passaram por inúmeras dificuldades para adaptar o espaço às suas necessidades e poder levar uma vida o mais normal possível. No entanto, beneficiaram de algo muito importante, estando na situação em que se encontravam, de grande vulnerabilidade e necessidade, foi a entreatjada que se formou entre todos os que lá viviam que, munidos de um sentimento de identidade de grupo, se apoiavam uns aos outros permitindo superar as dificuldades do seu dia a dia.

Fotografia n.º 3 – Forte de São João Batista, ano de 1975



Autoria: Manuel Nicolau, fotojornalista.

Fotografia n.º 4 – Pátio do Forte S. João Batista, ano de 1975



Autoria: Manuel Nicolau, fotojornalista.

Quanto à integração na Madeira, os retornados referem ter tido inicialmente muitas dificuldades, tanto a nível económico e de alojamento, como a nível cultural, tendo alguns sentido discriminação por parte da sociedade madeirense:

«Era outro ambiente, aqui é tudo muito pesado. Não sei, é uma coisa completamente diferente, eu quando cheguei cá eu notei, notei que as pessoas eram diferentes». (Carlos / Moçambique.)

«As maiores dificuldades foi aprender a viver num ambiente ultraconservador!» (Mariana / Moçambique.)

«Até hoje eu acho que tenho uma postura própria talvez influenciada por ter nascido em África [...]. Tenho às vezes opiniões muito próprias e acho que são influenciadas por isso. Que as pessoas aqui, como vivem num meio pequeno, isto aqui é tudo muito bonito, que é, mas às vezes as perspetivas são, são, são fechadas! Não são amplas e isso às vezes eu noto.» (Carlos / Moçambique.)

«Atrasados no ponto: eram muito fechados, 'tás a entender?! Nós eramos mais evoluídos [...] mais abertos, não se tinha tantos complexos. Se quisesse dizer uma asneirada dizia, tudo na brincadeira, sabendo que a asneirada que eu tou a dizer não tou a ofender. Aqui era o contrário, a asneirada era para ofender!» (Marco / Angola.)

«As pessoas não se mexiam e era complicado incutir coisas novas, ainda hoje é complicado. Ainda hoje o madeirense é muito adverso à mudança, leva tempo até assimilar que vai

mudar [...] foi o que eu notei. Pronto tinha alguma dificuldade [...] agora de resto, o trabalho em si funcionava». (Manuel / Moçambique.)

Era uma sociedade um bocadinho fechada, eu achei, pronto. E não era fácil a pessoa integrar-se e depois também muito crítica na altura [...]. Também lá eu 'tava integrada em grupos de desporto, 'tá a ver? Praticava desporto, tinha outros objetivos, portanto e não ligava tanto a roupas, nem a sapatos, nem a carteiras e aqui uma das coisas que eu notei aqui é que toda a gente reparava nesse tipo de coisas. E depois acabei por ser igual, pronto, depois apanhei as coisas todas também, 'tá a ver? [...] Notava mesmo nas conversas de café que as pessoas conversavam muito sobre esses aspetos [...] também o acesso às notícias não era tão fácil na altura [...] se calhar por esse facto é que as pessoas ligavam mais a essas coisinhas mundanas, 'tá a ver?» (Laura / Moçambique.)

Havia muita pobreza e falta de qualidade de vida, nomeadamente problemas de saneamento e salubridade, que contrastava fortemente com a vida a que os retornados se haviam habituado em África: aquela terra de abundância, segundo descrição dos próprios, com grande variedade de produtos e um custo de vida muito baixo. Essas condições propiciavam, mesmo àqueles que não tinham grandes vencimentos (como era o caso dos pescadores que fazem parte da nossa amostra), uma qualidade de vida muito superior àquela que tiveram na Madeira.

O subdesenvolvimento existente na Madeira foi uma grande surpresa para as pessoas que não conheciam a Ilha, sobretudo para os mais jovens, que dizem:

«Vivemos, estudamos e casamos em Moçambique, nunca saímos de Moçambique para vir para Portugal. Era-nos inculido lá a ideia de que Lisboa era a capital do império, Europa é que era o desenvolvimento e que nós lá estávamos atrasados! Isso era-nos inculido na escola!» (Manuel / Moçambique.)

«A ilha da Madeira era a terra dos meus pais e a minha terra, mas não conhecia nada disto! Depois de cá chegar fiquei desiludido.» (Marco / Angola.)

A nível económico, todos sentiram dificuldades por não poderem trazer dinheiro (excetuada uma pequena verba) nem os seus bens:

«M maiores dificuldades foi começar a vida do zero, uma luta grande [...]. Chegar sem nada, 'tar dependente da família, 'tar dependente do tio, da tia, do primo!» (Marco / Angola.)

«Claro, a experiência não foi lá muito famosa, não é?! Eu dependente dos meus pais, não é, mas senti que eles estavam em dificuldades, não é?! Vieram de mãos vazias!» (Nicolau / Moçambique.)

«Porque nós tínhamos um nível de vida baixo, mas não passávamos fome, tínhamos a nossa comidinha, a nossa roupinha, tínhamos tudo isso e chegamos aqui sem nada! Com a roupa no corpo! Muitos de nós, a gente andava com uma calça o dia, a minha mãe tinha de chegar à noite lavar a calça para vestirmos no outro dia, porque não tínhamos! Não nos deram possibilidade do pouco que lá tínhamos trazer!» (José / Angola.)

«Penso que foi a falta de dinheiro, porque foi recomeçar uma vida de novo, tudo o que ele tinha deixou em África [...] houve grandes dificuldades!» (Ricardo / Moçambique.)

Já a nível cultural, são sobretudo os nascidos em África e que não conheciam ainda a Madeira que relatam a grande dificuldade que sentiram em se adaptar, porque, de acordo com os próprios, as pessoas eram mais fechadas, receosas, desconfiadas e com dificuldade em receber e aceitar “o outro”.

«Era um meio diferente [...] havia uma maior cumplicidade entre os amigos, não havia rivalidades [...] é raro encontrar bons amigos aqui!» (Nicolau / Moçambique.)

«Era uma inveja [...] temos uma maneira de ser diferente. Quer queiramos, quer não. Por fruto da nossa vivência em África, por fruto de tudo, ainda hoje temos uma maneira, uma postura de estar, uma maneira diferente!» (Manuel / Moçambique.)

Já em relação à forma de viver e conviver (incluindo a ocupação dos tempos livres), houve pessoas que sentiram grande ausência de atividades na Madeira (comparativamente a África). Entre os que vieram, sobretudo os que tinham mais posses (onde se destaca a totalidade das pessoas vindas de Moçambique), a vida em África era culturalmente ativa e diversificada. Não esqueçamos que tanto Luanda como Lourenço Marques eram consideradas, naqueles anos 70, cidades cosmopolitas com elevado nível de vida e vários tipos de entretenimento.

Outra diferença referenciada reporta-se a costumes, pois, de acordo com relatos, a população branca em África beneficiava de maior liberdade: por exemplo, as mulheres já usavam biquíni na praia e minissaias e muitas conduziam, o que era quase impensável na Madeira e também em Portugal continental, sendo por isso olhadas pelos populares com desdém.

Outras diferenças salientadas são as estruturas arquitetónicas, a alimentação, os bens de consumo e o clima. Havia naquelas cidades de África maior progresso: existência de grandes avenidas e modernos edifícios. Moçambique dispunha de uma diversidade alimentar considerável (resultante de ser um polo multicultural), sendo a comida indiana, por exemplo, muito usada, assim como géneros alimentícios desconhecidos na Madeira, como a *fast-food* e a Coca-Cola.

«Fui muito influenciado e ainda sou, porque eu gosto muito daquelas coisas exóticas [...] gosto daquela comida africana e de vez em quando a minha mãe ainda faz umas coisas». (Carlos / Moçambique.)

Para além destes fatores, faz-se referência à limitação de espaço e à orografia da ilha como dificuldades:

«Tive que me adaptar também, não é! Porque lá eu andava de bicicleta, à vontade, era pegar na bicicleta e andar, aqui não [...] vivia na Camacha, que é tudo em declive e frio no Inverno.» (Laura / Moçambique.)

«É porque lá você corria, corria sei lá, fazia cinco ou seis mil quilómetros à boleia de uma cidade para outra [...] não tinha fim! Quando cá cheguei fiquei desiludido olhava para um lado mar, mar, isto é tão pequeninho!» (Marco / Angola.)

Constata-se, pelos relatos recolhidos, que ainda hoje as pessoas vindas de África têm na memória a existência de diferenças substanciais entre a vida que tinham e a vida na Madeira, seja a nível económico, como de desenvolvimento e cultura. Todas essas diferenças trouxeram grandes desafios à adaptação destas pessoas, sendo que as dificuldades foram-se amenizando e superando com o tempo.

Por outro lado, verifica-se que o facto de os retornados terem conseguido voltar rapidamente à vida ativa na Madeira, através do trabalho ou do retomar dos estudos, contribuiu grandemente para a sua integração. Para além da relativa facilidade e rapidez com que encontraram trabalho, foi possível verificar que esse retomar deu-se em ocupações muito similares às que tinham em África. Os pescadores voltaram para a pesca, pois não faltava trabalho nessa área; as senhoras domésticas mantiveram essa condição; os professores voltaram a dar aulas<sup>78</sup>; os alunos continuaram os seus estudos; e algumas pessoas que trabalhavam em serviços encontraram também ocupação em áreas similares. Não existiram casos de desemprego de longa duração no nosso grupo de inquiridos.

Sabemos que a entrada no mercado do trabalho tem um peso considerável na integração das pessoas em idade adulta, conforme vários estudos sociológicos assim o evidenciam, portanto, este rápido retomar da vida ativa (seja através do trabalho, seja através do retomar dos estudos) teve indubitavelmente um papel crucial na integração dos retornados madeirenses. Efetivamente, estas pessoas consideram-se atualmente bem integradas, segundo relatos dos próprios, não obstante as dificuldades por que passaram inicialmente.

O facto não exclui, contudo, dificuldades iniciais na integração, conforme relatos:

«A comida era outra, era tudo diferente, senti bastante. A escola também era diferente [...] aqui quando a professora mandava ler eu levantava-me e aqui era um motivo de chacota [...]. Depois olha, é como tudo, a pessoa tem de se sujeitar e habitua-se. [...] é fácil nessa altura fazer amizades, não tive problemas.» (Carlos / Moçambique.)

«Notava-se perfeitamente era grupos no início [...] por exemplo, nós sempre tivemos rivalidades, entre aspas, com os angolanos [...] mas quando, quando surgia uma situação de atrito com alguém do continente os africanos automaticamente ‘tavam todos logo, todos unidos!» (Ricardo / Moçambique.)

---

<sup>78</sup> Apesar de não terem beneficiado da inclusão no quadro de adidos, porque não estavam nos quadros em África, vieram numa altura em que se abriam concursos para a contratação de professores, e eles, que tinham mais formação do que a maioria dos professores da Madeira, conseguiram logo colocação.

«Ao princípio foi difícil, foi difícil, nã... não gostava». (Carlos / Moçambique.)

«Muita hostilidade, só que depois acabamos por nos integrar.» (Rute / Moçambique.)

Relativamente ao acolhimento dos madeirenses, as respostas são maioritariamente positivas: os retornados dizem ter sido bem-recebidos pela população em geral. Relativamente a discriminação, responderam em maior número não ter sentido isso. Não obstante ser esta a opinião por eles manifestada, pela análise dos seus relatos é possível concluir que afinal existiu discriminação, evidenciada sobretudo através das “bocas” ofensivas que lhes eram dirigidas.

«Eu ouvia retornada, não sei quê, mas isso a mim nunca me incomodou, nunca me senti maltratada». (Sara / Angola.)

«A gente ia-se a uma barraca elas diziam “ah, as retornadas vieram, comeram tudo!” [...], mas, além de eu ‘tar na minha terra fomos mal recebidas porque vinha-se retornadas. Eu não vim retornada eu vim para a minha terra!» (Maria / Angola.)

«Olhe, não me afetava nada porque realmente eramos retornados, nesse aspeto eramos, nunca achei que houvesse assim um cunho pejorativo sobre o assunto. Se calhar havia, para certas pessoas, não sei, se calhar havia, mas eu nunca liguei, sabe!» (Laura / Moçambique.)

«Na altura era muito complicado, na altura só a palavra retornado já doía, foi muito complicado [...] não gosto porque há pessoas que pensam que os retornados “ah o retornado veio tirar o posto de trabalho dos que cá estavam” É mentira! Porque o retornado, o retornado é português como os que cá estavam. Eu sinto-me madeirense como aquele que nunca emigrou [...] não aceito que uma pessoa que sempre viveu na Madeira e que passe por mim e me chame retornado porque eu, eu quando vim, vim de uma parcela de território portuguesa, não é?! Não vim de um país estrangeiro, vim de uma parcela de território portuguesa! Como aconteceu a mim podia acontecer a essas pessoas que dizem esses nomes.» (José / Angola.)

Para José (Angola), os retornados eram mal vistos em todos os sítios para onde iam, fosse ao centro de saúde, ao médico, ou a uma repartição pública. Já Mariana diz nunca ter tido problemas, mas, no decorrer da sua profissão como professora, presenciou muitas vezes episódios de *bullying* a alunos seus, vindos de África, perpetrados por alunos madeirenses – e considera que esses, sim, sofreram muito.

Já Sara diz ter sido bem-recebida:

«Nunca me maltrataram, pelo contrário. Os meus alunos, eu tinha 18, os meus alunos tinham 13, 12 e 14, pronto, depois eu tinha a viola e pronto [...] nunca me senti maltratada». (Sara / Angola.)

Quanto a Maria V., esta senhora não permitia que a incomodassem, diz:

«Não menina, eu tava na minha terra e ia-me sentir discriminada porquê? Mas eles mandavam, também ouviam!» (Maria V. / Angola.)

Apesar das dificuldades pelas quais tiveram de passar, os nossos inquiridos dizem sentir-se adaptados e não perspetivam a sua vida em outro lugar. Mesmo para aqueles que anseiam regressar a África, para “matar saudades” do período lá vivido, a quase totalidade dos inquiridos não pondera a hipótese de voltar a viver lá porque, dizem, aquilo “não é o que era”.

Regra geral, os informantes neste estudo não voltaram à ex-Província Ultramarina onde viveram. Os motivos prendem-se com as suas memórias do período pré-retorno, razões económicas e falta de segurança. Ainda assim, houve quem já voltasse a visitar a terra, familiares e amigos (apenas três pessoas, todas naturais de África).

## **7. Reflexões Finais**

O estudo aqui apresentado incidiu sobre a situação vivida por um grupo de retornados vindos para a Madeira após a descolonização portuguesa em África. A análise dos seus testemunhos permite-nos vislumbrar uma das vertentes deste episódio específico da história madeirense.

Verifica-se que o maior número de deslocações para as ex-colónias portuguesas em África, de Angola e Moçambique, ocorreu nos anos 60.

Os principais locais de destino em Angola foram a sua capital Luanda e as cidades de Lobito, Benguela e Baía Farta e em Moçambique as pessoas concentraram-se sobretudo na capital Lourenço Marques.

O principal motivo da partida relacionava-se com problemas financeiros e de subsistência na Madeira, onde a população vivia na pobreza e basicamente da agricultura. Para além desses fatores de repulsão no destino de origem, acresciam fatores de atração ao local de destino, como: a) facilidades para quem quisesse embarcar para aqueles territórios através da redução dos custos e da burocracia do processo; b) promoção da reunificação familiar; c) boas oportunidades de trabalho; e d) qualidade de vida lá existente. A intenção política por detrás da facilitação destes processos, por parte do Estado português, seria aumentar o povoamento de população branca tanto em Angola como em Moçambique.

Relativamente à vida em África, as pessoas que lá viveram descrevem-na como “muito boa”, não só em termos económicos e de condições de vida, mas também a nível social, relativamente a vivência e a ligações afetivas que se geravam entre vizinhos.

Uma vida facilitada, alegre, despreocupada e com muita fartura, é assim descrita a vida em Angola e Moçambique, contrária àquela que deixaram para trás quando saíram da Madeira e que voltaram a encontrar no seu regresso.

Os portugueses começaram a abandonar o continente africano ainda no ano de 1974, mas o maior fluxo de regresso ocorre entre os anos de 1975 e 1976. Nessa fuga, as pessoas passaram por inúmeras e diversificadas dificuldades, desde a insegurança nas estradas, passando pelo encerramento de aeroportos e o cancelamento de viagens por mar.

Enquanto isso, Portugal reunia apoios internacionais para fazer uma deslocação massiva de todos os portugueses que quisessem regressar ao país. Foi assim criada uma ponte aérea que unia Portugal a Luanda (Angola), mas como essa ligação fazia-se apenas a partir do aeroporto daquela capital, os residentes em outras cidades tiveram maiores dificuldades na deslocação (os voos para aquela capital eram escassos e as estradas muito perigosas). Essa foi uma das razões pelas quais muitos dos residentes em Lourenço Marques optaram por emigrar para a África do Sul, mais próxima e para onde conseguiam viajar de carro, ao invés de regressar a Portugal.

Relativamente ao destino Madeira, verifica-se que nem todos os que vieram eram naturais, havendo pessoas nascidas em Angola e Moçambique, filhos de indivíduos que haviam se instalado naqueles países muito antes. Por esse motivo não se consideram retornados, mas sim refugiados. Chegadas ao destino, estas pessoas passaram por maiores dificuldades de adaptação comparativamente aos nascidos cá, relatando sentimentos como decepção, tristeza e surpresa. Na escola tinham aprendido sobre uma metrópole desenvolvida que não encontraram na capital portuguesa, nem muito menos na Madeira; pelo contrário, deparam-se com uma região considerada muito pobre e subdesenvolvida e com baixa qualidade de vida. Essas condições, aliadas às diferenças que sentiram a nível de postura e de forma de estar dos madeirenses, levou-os a ter de passar por aquilo que se entende como um choque cultural.

Assim, a integração na Madeira trouxe inicialmente muitas dificuldades, tanto a nível económico e de alojamento, como a nível cultural, tendo algumas pessoas sentido também alguma discriminação por parte da sociedade madeirense.

A Câmara Municipal de Machico teve um papel importante no alojamento de várias famílias daquele concelho, feito através da disponibilização de algumas casas (aluguer a cargo daquela autarquia) e da permissão para que várias famílias (cerca de 30) fossem residir para o forte de São João Batista e a capela de São Roque. Estes alojamentos provisórios tinham, evidentemente, poucas condições de habitabilidade, sobretudo pelo facto de não se tratar de locais residenciais.

As pessoas que viveram no referido forte, durante cerca de três décadas, passaram por inúmeras dificuldades para adaptar aquele espaço às suas necessidades e ter um mínimo de condições de habitação, no entanto, beneficiaram de algo que lhes foi muito útil na altura: a entreatjada que se formou entre todos os que lá viviam. Este apoio que davam uns aos outros foi uma importante ajuda para conseguirem superar, na medida do possível, as dificuldades do seu dia a dia.

Todas as dificuldades anteriormente descritas, de vivência em ambiente de guerra, fuga daqueles territórios, começar uma vida “do zero” na Madeira e enfrentar a hostilidade e o choque cultural na Ilha, foram sendo ultrapassadas com o tempo. Tiveram os retornados para isso o apoio da família, seu principal amparo. Por outro lado, o facto de terem conseguido voltar rapidamente à vida ativa na Madeira, através do trabalho ou do retomar dos estudos, contribuiu grandemente para a sua integração social.

Atualmente consideram-se bem integrados na Madeira e, regra geral, não voltaram à ex-Província Ultramarina onde viveram. Os motivos prendem-se com as suas memórias do período pré-retorno, questões económicas e de falta de segurança que se tem vivido naqueles países.

Para concluir, damos nota de que a Madeira tem vindo a receber novamente um grande número de retornados, desta vez provindos da Venezuela, fruto da grande instabilidade política, social e económica que lá se vive, sendo que as características deste fluxo se assemelham ao caso que aqui apresentamos.

Pretendemos, com este estudo, não apenas divulgar um episódio importante vivido pela sociedade madeirense, como também deixar uma pequena contribuição para a literatura científica já existente sobre a temática das deslocações forçadas no nosso país e, mais particularmente, sobre este movimento de retorno pós-descolonização.

## **Bibliografia e Webgrafia**<sup>79</sup>

ACIDI, 2013, *Diagnóstico da População Imigrante em Portugal. Desafios e Potencialidades*, disponível em [https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183261/EstudoNacional\\_Web.pdf/54b9d9df-c68f-48ea-bfeb-cbfda776ad46](https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183261/EstudoNacional_Web.pdf/54b9d9df-c68f-48ea-bfeb-cbfda776ad46), consultado a 9 de dezembro de 2016.

---

<sup>79</sup> Inclui títulos citados e outros ainda que se revelaram relevantes para o desenvolvimento deste trabalho.

- ACM, 2009, *Glossário sobre Migração*, disponível em <http://www.acm.gov.pt/documents/10181/65144/Gloss%C3%A1rio.pdf/b66532b2-8eb6-497d-b24d-6a92dadfee7b>, consultado a 9 de dezembro 2016.
- ACNUR, 2019, *Global Trends Forced Displacement in 2019*, disponível em [https://www.unhcr.org/5ee200e37/#\\_ga=2.63459759.1871685821.1609770012-396966400.1607514273](https://www.unhcr.org/5ee200e37/#_ga=2.63459759.1871685821.1609770012-396966400.1607514273), consultado a 4 de janeiro de 2021
- AFONSO, Aniceto & GOMES, Carlos, 2000, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias.
- AMORIM, Rogério, 2015, *O Adeus a Angola. Diário da fuga pela Costa dos Esqueletos*, Vila do Conde, Editora Verso da História.
- ARANGO, Joaquín, 2003, «La explicación Teórica de Las Migraciones: Luz Y Sombra», in *Red Internacional de Migración y Desarrollo*, n.º 1, disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=66000102>, consultado a 4 de janeiro de 2021.
- BOSWELL, Christina, 2003, *European Migration Policies in Flux. Changing Patterns of Inclusion and Exclusion*, London, Blackwell Publishing.
- CABECINHAS, Rosa, FEIJÓ, João, 2010, «Collective Memories of Portuguese Colonial Action in Africa: Representations of the Colonial Past among Mozambicans and Portuguese Youths», in *International Journal of Conflict and Violence*, vol. 4, pp. 28-44, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11738/1/Cabecinhas%20&%20Feij%C3%B3%202010%20IJCV.pdf>, consultado a 10 de julho de 2017.
- CARMO, Hermano & FERREIRA, Manuela, 1998, *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-Aprendizagem*, 2.ª ed., Lisboa, Universidade Aberta.
- CASSARINO, Jean-Pierre, 2013, «Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno», in *Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana – Brasília*, ano XXI, n.º 41, pp. 21-54, disponível em <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/402>, consultado a 20 de novembro 2016.
- CASTELO, Cláudia, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da MetrÓpole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento.
- CASTELO, Cláudia, 2006, «Apresentação: Memórias coloniais: práticas políticas e culturais entre a Europa e a África», in *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 9/10, pp. 9-21, disponível em <https://cea.revues.org/1195>, consultado a 17 de setembro 2016.
- CASTLES, Stephen, 2000, «Las migraciones internacionales 2000», in *Revista internacional de ciencias sociales*, n.º 65, pp. 17-32, disponível em <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SHS/pdf/165-fulltextspa165.pdf>, consultado a 16 de agosto 2016.

- CASTLES, Stephen, 2005, *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*, Lisboa, Editora Fim de Século.
- CCMM, 2001, *Historial da Emigração da RAM*, disponível em <https://ccmm.madeira.gov.pt/index.php/emigracao/historial-da-emigracao>, consultado a 15 de janeiro de 2021.
- COSTA, Joaquim T., 2002, *Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Universidade Aberta.
- COSTA, Miguel, 2014, «Moçambique, 7 de Setembro de 1974: os dias do fim», in *Observador*, 7 de setembro de 2014, disponível em <http://observador.pt/opiniao/mocambique-7-de-setembro-de-1974-os-dias-fim/>, consultado a 16 de agosto 2016.
- COSTA, Paulo, 2015, «O interculturalismo político e a integração dos imigrantes: o caso português», in *Política & Sociedade*, 14(30), pp. 56-71, disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2015v14n30p56/30354>, consultado a 10 de janeiro de 2016.
- Decreto-lei n.º 7/74, 27 de julho de 1974, in *Diário do Governo*, n.º 174/1974, 1.º Suplemento, Série I.
- FERREIRA, José M., 1994, *Portugal em Transe (1974-1985)*, 8.º vol., MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FERRO, Marc, 1994, *História das Colonizações*, Lisboa, Editorial Estampa.
- GOMES, Joselin, 2018, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1974)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- GUERRA, João Paulo, 2009, *Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas*, Lisboa, Oficina do Livro.
- HENRIQUES, Isabel, 2015, «Colonialismo e História», in *Dicionário de Historiadores Portugueses*, disponível em [http://dichp.bnportugal.pt/tematicas/tematicas\\_colonialismo\\_hist.htm](http://dichp.bnportugal.pt/tematicas/tematicas_colonialismo_hist.htm), consultado a 28 de agosto de 2016.
- INE, 1980, *Estatísticas Demográficas: Continente e Ilhas Adjacentes: 1976-1979*, Lisboa, INE, disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/258968200>, consultado a 13 de janeiro de 2021.
- INE, 2012, *Censos 2011. Resultados Definitivos – Região Autónoma da Madeira*, Lisboa, disponível em [https://estatistica.madeira.gov.pt/jdownloads/Social/Populao%20e%20Condies%20Sociais/Censos/Censos%20%20Publicaes/pdf\\_-\\_censos\\_2011\\_ram.pdf](https://estatistica.madeira.gov.pt/jdownloads/Social/Populao%20e%20Condies%20Sociais/Censos/Censos%20%20Publicaes/pdf_-_censos_2011_ram.pdf), consultado a 24 de agosto de 2016.
- VIEIRA, Rui, FREITAS, João Abel de, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», in FREITAS, João Abel de (coord.), *A Madeira na História. Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 123-187.

- MACQUEEN, Norrie, 1997, *A Descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Lisboa, Editora Inquérito.
- MARQUES, A. H. Oliveira, 1998, *História de Portugal*, vol. III, *Das Revoluções Liberais aos nossos dias*, 13.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Editora Presença.
- MARQUES, Alexandra, 2013, «Repatriados, Deslocados ou Refugiados? A descolonização da África portuguesa (1974-1977)», in *Rev. Inter. Ciências Humanas*, vol. 2, n.º 2, pp. 1-12, disponível em <https://www.journals.epistemopolis.org/revHUMAN/article/download/706/276>, consultado a 24 de agosto de 2016.
- MATOS, Helena, 2015, «Há 40 anos, o desespero dos retornados: Tirem-nos daqui?», in *Observador*, 19 de setembro de 2015, disponível em <http://observador.pt/especiais/tirem-nos-daqui/>, consultado a 7 de setembro de 2016.
- MATOS, Helena, 2015, «Chamaram-lhes retornados», in *Observador*, 11 de abril de 2015, disponível em <https://observador.pt/especiais/chamaram-lhes-retornados/>, consultado a 16 de agosto 2016.
- OLIVEIRA, Nelson, 2008, «A integração dos “retornados” no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda», in *VI Congresso português de sociologia. Mundos Sociais: saberes e práticas*, n.º 150, disponível em <http://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/150.pdf>, consultado a 2 de janeiro de 2016.
- ONU, Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários, 1998, *Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos*, disponível em [https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/GP\\_Portuguese.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/GP_Portuguese.pdf), consultado a 22 de novembro de 2016.
- PIRES, Rui Pena *et al.*, 1987, *Os retornados: Um estudo sociográfico*, Caderno 14, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- PIRES, Rui Pena, 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- PIRES, Rui Pena (coord.) *et al.*, 2019, *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2019*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/19255>, consultado a 5 de janeiro de 2020.
- PORTES, Alejandro, 2006, *Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, Empreendedorismo e a Segunda Geração*, Lisboa, Editora Fim de Século.
- RAMOS, Natália, 2009, «Saúde, migração e direitos humanos», in *Mudanças – Psicologia da Saúde*, vol. 17, n.º 1, pp. 1-11, disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/1924/1938>, consultado a 7 de julho de 2017.

- RAMOS, Natália, 2013, «Interculturalidade(s) e Mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas», in PINA, Helena et al. (eds.), *The Overarching Issues of the European Space: strategies for spatial (re)planning based on innovation, sustainability and change*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, pp. 343-360, disponível em <http://hdl.handle.net/10400.2/7707>, consultado a 7 de janeiro de 2021.
- RIBEIRO, Margarida, 2004, *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Centro de Estudos Sociais, Edições Afrontamento.
- RODRIGUES, Teresa, 2010, «Dinâmicas migratórias e riscos de segurança: A velha Europa», in *Relações Internacionais*, n.º 26, pp. 113-129, disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992010000200010](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000200010), consultado a 2 de maio de 2017.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.) et al., 1995, *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.
- ROSAS, Fernando (coord.), 1994, *O Estado Novo (1926-1974)*, 7.º vol., MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SCHIEFER, Ulrich & ALMEIDA, Filipa, 2010, *Meio século de migrações forçadas em África*, Observare. Universidade Autónoma de Lisboa, disponível em <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/1076>, consultado a 24 de maio 2017.
- SERRÃO, Joaquim, 1995, *História de Portugal*, vol. IX, *O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, Lisboa, Editora Verbo
- SILVA, António, 2019, *O império e a constituição colonial portuguesa (1914-1974)*, Lisboa, Imprensa de História Contemporânea, disponível em <https://imprensa.ihc.fcsh.unl.pt/silvaad2019/>, consultado a 13 de janeiro de 2021.
- SOUSA, Jorge, 2020, «Cerca de 9.000 luso-venezuelanos terão regressado à Madeira», in *Diário de Notícias*, 26 de agosto de 2020, Funchal, disponível em <https://www.dnoticias.pt/2020/8/26/71743-cerca-de-9000-luso-venezuelanos-terao-regressado-a-madeira>, consultado a 10 de dezembro de 2020.
- SOUTO, Odete, 2017, *Os retornados de África – Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira*. Dissertação de mestrado em Relações Interculturais - Universidade Aberta, Lisboa.
- TEIXEIRA, Nuno, 2005, «Entre a África e a Europa: A Política Externa Portuguesa 1890-2000», in PINTO, António C. (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Editora Dom Quixote, pp. 87-116.

UNESCO, 1973, «The United Nations Versus The World's "Last Colonial Empire"», in *The UNESCO Courier – "Portuguese" Africa the struggle for independence*, pp. 9-11, disponível em <https://en.unesco.org/courier/novembre-1973>, consultado a 11 de janeiro de 2021.

VIEIRA, Alberto (coord.) *et al.*, 2001, *História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional de Educação.

VIEIRA, Susana, 2013, *Vindos de África: "retornados" e "desalojados" em Braga (1974-1977)*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29296>, consultado a 2 de janeiro de 2016.